



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

PUBLICADO EM
11/01/2018 no jornal

Diário Oficial nº 1441

LEI COMPLEMENTAR Nº 64/2017

SÚMULA: Atualiza as Leis Complementares nº 32/2011 e nº 34/2011, que estabelecem, respectivamente, sobre o Uso e Ocupação do Solo e Sistema Viário do Município de Castro/PR.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO decretou e eu, PREFEITO MUNICIPAL sanciono esta Lei Complementar:

TÍTULO I

FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS

Art. 1º A Lei de Uso e Ocupação do Solo e Sistema Viário de Castro organiza o território do Município em Macrozonas, Zonas, Eixos e Setores, estruturados pelo sistema viário básico, com regras específicas para direcionar as iniciativas públicas e privadas de uso e ocupação do solo.

Art. 2º A presente Lei segue os princípios da Política Urbana Nacional, promovendo a função social da cidade e da propriedade e sua interpretação deverá considerar os princípios e diretrizes da legislação sobre o tema, especialmente a Lei Federal do Estatuto das Cidades, o Código Florestal Brasileiro e o Plano Diretor de Castro.

Art. 3º As disposições desta Lei deverão ser observadas em todos os processos relacionados ao uso e ocupação do solo no Município, especialmente:

- I. Na concessão de alvarás de construção, reforma, ampliação ou demolição;
- II. Na concessão de alvarás de localização e funcionamento;
- III. Na execução de planos, programas, projetos, obras e serviços referentes a edificações de qualquer natureza;
- IV. Nos processos de parcelamento e requalificação de áreas rurais e urbanas.

Art. 4º A presente Lei tem como objetivos:

- I. Ordenar o crescimento da cidade de forma sustentável, evitando os impactos negativos sobre o patrimônio socioambiental;
- II. Compatibilizar as formas de uso e ocupação do solo, buscando reduzir conflitos e



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

otimizar a utilização da infraestrutura existente e planejada;

III. Promover a justa distribuição dos custos e benefícios do processo de urbanização, através de estudos e contrapartidas exigidas dos empreendimentos de médio e alto impacto;

IV. Compatibilizar o uso e ocupação do solo com o sistema viário.

TÍTULO II

ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

Art. 5º A divisão do Município em áreas urbanas, áreas rurais e zonas administrativas configura o principal instrumento de organização do território municipal.

§ 1º A Lei do Perímetro Urbano delimita as áreas urbanas e rurais do Município, que influenciam diretamente os processos de parcelamento e uso do solo.

§ 2º A presente Lei de Uso e Ocupação do Solo organiza o Município em Macrozonas, Zonas, Eixos e Setores Administrativos, com regras específicas sobre as formas de uso e ocupação do solo, de acordo com os mapas e tabelas anexos.

§ 3º As formas de uso e ocupação do solo identificadas nas tabelas de zoneamento como permissíveis, ou que não estejam previstas entre as atividades permitidas e proibidas, terão sua viabilidade analisada em processos específicos pelo Executivo Municipal, facultando ao órgão competente promover consulta ao Conselho Municipal de Desenvolvimento.

Capítulo I

Macrozoneamento Municipal

Art. 6º O Município de Castro está organizado em três Macrozonas, que fixam as regras fundamentais de ordenamento do território municipal, indicando grandes áreas com características afins.

- I. Macrozona Rural de Conservação Ambiental e Promoção Social: delimitada pela região do Vale do Ribeira (porção leste do município de Castro), prioriza a reversão da situação de pobreza encontrada em sua abrangência, de forma a equilibrar também a necessidade de migração na qual seus moradores se encontram, na busca de alternativas de renda em outras regiões, e preconiza o equilíbrio entre a conservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento socioeconômico, tendo como diretrizes:



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

- a) promover a ocupação sustentável do solo por meio de tecnologias que assegurem a geração de trabalho e renda e a conservação e recuperação ambiental;
 - b) manter e incentivar atividades agrícolas, de turismo, de recuperação e manejo ambiental, de forma sustentável;
 - c) ordenar e monitorar o uso e ocupação da área rural;
 - d) incentivar e monitorar as atividades mineradoras, piscicultoras, silvícolas, pastoris, de turismo, de recuperação e manejo ambiental, de forma a suprir as demandas atuais, sem comprometer a capacidade de atendimento de necessidades futuras;
 - e) recuperar e preservar as reservas legais, a mata ciliar e a biodiversidade.
- II. Macrozona Rural de Consolidação das Atividades Agropecuárias: tem como objetivo principal a consolidação da atividade agropecuária em Castro, com a incidência das seguintes diretrizes:
- a) fornecer apoio técnico para a correta utilização e aproveitamento do solo rural, de acordo com sua aptidão;
 - b) incentivar e monitorar as atividades agrícolas, piscicultoras, silvícolas, pastoris, de turismo, de recuperação e manejo ambiental, de forma a suprir as demandas atuais, sem comprometer a capacidade de atendimento de necessidades futuras;
 - c) articular as práticas agrícolas ao desenvolvimento sustentável;
 - d) combater a erosão e a poluição hídrica;
 - e) preservar os remanescentes florestais e reservas legais;
 - f) promover a adoção de técnicas de manejo integradas de solos e águas;
- III - Macrozona do Polo Multifuncional do Vale do Iapó: constitui-se de áreas destinadas a empreendimentos econômicos, desenvolvimento industrial e serviços, de forma compatível com a ocupação habitacional, conservação ambiental e uso agropecuário, somadas às zonas urbanas da sede urbana e das comunidades do Tronco e Castrolanda, com as seguintes diretrizes:
- a) disciplinar a localização de atividades residenciais, econômicas e de serviços



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

- públicos, definindo diretrizes para a conciliação entre os efeitos decorrentes da dinamização econômica e a conformação ambiental da região;
- b) melhorar e otimizar o aproveitamento da infraestrutura urbana instalada e de serviços e equipamentos públicos;
 - c) prover o território da infraestrutura necessária para a instalação de empreendimentos dos setores secundário e terciário;
 - d) criar condições de acelerar e consolidar as tendências de crescimento do setor secundário e terciário da economia castrense;
 - e) estruturar a ocupação do solo de maneira ordenada e sustentável, de forma a articular a consolidação de dois distritos industriais;
 - f) configurar áreas de proteção aos recursos hídricos e da vegetação em estágio médio a avançado, de forma a garantir a qualidade da água e promover a biodiversidade dos ecossistemas regionais.

Parágrafo único. As macrozonas estão delimitadas no Anexo I da Lei do Plano Diretor de Castro.

Art. 7º A Macrozona do Polo Multifuncional do Vale do Iapó difere das demais macrozonas por estar subdividida em Zonas, Eixos e Setores administrativos, que serão detalhados a seguir e podem ser visualizados nos Mapas de Zoneamento, Anexos II a VIII desta Lei.

Capítulo II

Zoneamento da Macrozona do Polo Multifuncional do Vale do Iapó

Art. 8º De acordo com as diretrizes estabelecidas para a Macrozona do Polo Multifuncional do Vale do Iapó, considerando que esta Macrozona engloba a Sede Urbana do Município e outras áreas de alta densidade populacional e dinâmica econômica, foram estabelecidas Zonas, Eixos e Setores administrativos para detalhar as formas de uso e ocupação do solo permitidas.

Parágrafo único. Os parâmetros de uso e ocupação do solo das zonas, eixos e setores são definidos no Anexo IX - Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo e Anexo X - Lista de Tipologias de usos.

Art. 9º A Macrozona do Polo Multifuncional do Vale do Iapó conta com 31 subdivisões administrativas:



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

- I. Quatro Zonas Residenciais;
- II. Três Zonas de Uso Misto;
- III. Onze Zonas de Uso Específico;
- IV. Três Eixos;
- V. Cinco Setores Especiais;
- VI. Cinco Zonas Rurais.

Seção I

Zonas Residenciais

Art. 10 As Zonas Residenciais (ZR) são áreas com uso predominante residencial, divididas em quatro subclassificações conforme a capacidade de suporte das suas estruturas ambientais e da infraestrutura urbana, resultando em diferentes parâmetros de uso e ocupação do solo, subclassificando-se em:

- I. Zonas Residenciais 1 a 3: áreas com uso predominante residencial com concentrações pontuais de comércio e serviços vicinais e de bairro.
 - a) ZR-1 é a zona de menor altura - até 3 (três) pavimentos, mas que permite taxa de ocupação mais alta, conferindo características de média densidade para a área;
 - b) ZR-2 permite maior verticalização, mas busca manter a qualidade de paisagem e uma taxa de permeabilidade compatível com as características de hidrografia e relevo da área, por meio dos recuos progressivos;
 - c) ZR-3 permite maior densificação construtiva no núcleo central da Vila Rio Branco, cujos parâmetros de uso e ocupação também estão condicionados ao reuso de águas pluviais nas construções.
- II. Zona Residencial Castrolanda (ZRC): área com uso predominante residencial de baixa densidade, com características peculiares provenientes do processo histórico de ocupação da Castrolanda.



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

Seção II

Zonas de Uso Misto

Art. 11 As Zonas de Uso Misto (ZUM) são áreas destinadas à diversificação de atividades e tipologias edilícias compatibilizando residências, comércio e serviços, subclassificando-se em:

- I. Zona de Uso Misto 1 (ZUM-1) - incide nos terrenos ao longo da rodovia PR-340 até o limite da área de preservação permanente do Rio Iapó, caracterizada por terrenos levemente ondulados e já parcialmente ocupados por atividades urbanas, tendo como objetivos:
 - a) destinar espaços propícios para a relocação de empreendimentos industriais de pequeno porte, atualmente localizados na malha urbana da sede, e para novos empreendimentos que não se restringem ao setor secundário da economia;
 - b) priorizar e estimular a implantação de estabelecimentos de baixo impacto de vizinhança;
 - c) compatibilizar as atividades de lazer, chácaras e atividades educacionais com os novos empreendimentos, promovendo o caráter de utilidade mista à área.
- II. Zona de Uso Misto 2 (ZUM-2) - caracteriza-se pela concentração das edificações e a paisagem de valor sociocultural, tendo como objetivos:
 - a) compatibilizar o desenvolvimento de atividades econômicas e a preservação e valorização do patrimônio;
 - b) incentivar o adensamento residencial para o melhor aproveitamento da infraestrutura instalada, desde que não interfira na paisagem histórico-cultural.
- III. Zona de Uso Misto 3 (ZUM-3) - porção da área central caracterizada pelo uso diversificado, tendo como objetivos:
 - a) incrementar a densidade urbana em áreas urbanas consolidadas, dotadas de infraestrutura, equipamentos e serviços; e
 - b) incentivar a construção em altura em áreas cujo declive é suficiente para não comprometer a paisagem do Centro Histórico.



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

Seção III

Zonas de Uso Específico

Art. 12 As Zonas de Uso Específico são áreas com características naturais e antrópicas específicas que sugerem nomenclaturas e formas de uso e ocupação do solo que exigem parâmetros especiais de uso e ocupação:

- I. Zona Urbana de Proteção Ambiental (ZUPA) - caracterizada pelas áreas de preservação permanente (APP) e pelos terrenos do entorno das várzeas dos rios Iapó, São Cristóvão e Maracanã, que possuem certa fragilidade ambiental, mas que permitem instalação de atividades de lazer de baixa densidade construtiva, excetuando-se as APP.
- II. Zona de Proteção Ambiental (ZPA) - composta pelas áreas de preservação permanente (APP) previstas pelo Código Florestal Brasileiro, por maciços de vegetação em estágio médio e avançado de sucessão e corpos hídricos, em que são proibidas todas as formas de ocupação do solo que não sejam expressamente permitidas pela legislação federal e estadual.
- III. Zona Especial de Recuperação Ambiental (ZERA) - caracterizada por terrenos ocupados de forma desordenada, resultando em degradação ambiental, prioritárias para programas de regularização fundiária e recuperação ambiental, em que se objetiva reverter o processo de degradação ambiental por meio da compatibilização do uso e ocupação com as condições físicas e bióticas dos terrenos; requalificar a paisagem urbana e natural; e promover a recuperação e conservação ambiental.
- IV. Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) - caracteriza-se por terrenos vazios reservados à produção de habitações de interesse social, conforme as diretrizes da Lei do Plano Diretor, tendo por objetivo:
 - ai) a inclusão de parcelas da população que se encontram à margem do mercado legal de terras urbanas; e
 - b) a promoção e a extensão de serviços e infraestrutura urbana para áreas em condição de vulnerabilidade social, conforme as diretrizes.
- V. Zona de Expansão Urbana 1 (ZEU-1) - compreende as áreas localizadas na porção sudoeste e norte do perímetro da Sede Urbana, onde coexistem usos urbanos, rurais e estruturas ambientais, que se destinam à futura expansão da sede, condicionada à continuidade do sistema viário e o Plano Municipal de



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

Mobilidade, para garantir a fluidez de tráfego na região;

- VI. Zona de Expansão Urbana 2 (ZEU-2) - compreende a área localizada na porção sudeste do perímetro da Sede Urbana, para a qual foi aprovado o plano piloto da Nova Castro, de acordo com o Decreto nº 390/2013, na qual os parcelamentos serão objeto de plano específico a ser elaborado pelo empreendedor, submetido à apreciação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e aprovado mediante realização de audiência pública, respeitando as diretrizes viárias constantes da presente lei.
- VII. Zona Urbana de Impacto (ZUI) - incide nas áreas ocupadas por usos ou atividades específicas, como cemitérios e indústrias remanescentes no tecido urbano, e por áreas próximas a vias com capacidade para fluxo intenso de cargas, tendo por objetivo:
 - a) permitir a instalação de atividades do setor secundário na sede urbana, compatíveis com os usos residencial; e
 - b) monitorar o impacto de vizinhança das atividades industriais inseridas na malha urbana da sede municipal.
- VIII. Zona Industrial 1 (ZI-1) - compreende as áreas do Distrito Industrial I, localizado ao longo da PR-151 e as margens do Rio Piraí, que se destina a incentivar a implantação de empreendimentos industriais de médio a grande porte com baixo impacto socioambiental, bem como organizar a implantação da infraestrutura viária e de saneamento necessárias ao desenvolvimento sustentável das atividades industriais;
- IX. Zona Industrial 2 (ZI - 2) - consiste em duas áreas localizadas em pontos distintos do Polígono de Desenvolvimento:
 - a) no perímetro urbano definido para a instalação da Biorrefinaria da Cargill e terrenos adjacentes e
 - b) na área de expansão futura adjacente ao Distrito Industrial I, que se estende até às margens do Rio Piraí, porção na qual a geografia favorece a instalação de grandes empresas, tendo por objetivo:
 - 1) garantir área propícia para instalação de empreendimentos industriais de grande porte, com preferência aos detentores de atividades compatíveis com a cadeia produtiva agroindustrial;



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

- 2) destinar área para a instalação de indústrias cuja atividade é incompatível com a proximidade dos usos residencial, de comércio e serviços; e
 - 3) proporcionar o escoamento rápido e seguro da produção, sem prejuízo à mobilidade urbana e ao transporte local.
- X. Zona Militar (ZM) - abrange a área do quartel militar localizado no bairro Centro, tendo por objetivo garantir o exercício das funções de segurança e logística do estabelecimento militar, evitando interferência das atividades civis;
- XI. Zona Especial de Equipamentos de Grande Porte (ZEGRAP) - corresponde à porção do território próxima do aglomerado urbano e contígua à Castrolanda e à rodovia estadual PR-340, onde deve-se evitar a ocupação e o adensamento residencial, tendo por objetivo propiciar a instalação de equipamentos de grande porte de caráter regional ou vinculados ao uso rodoviário, pela proximidade da zona às rodovias PR-151, PR-090 (acesso à Região Metropolitana de Curitiba) e ao Contorno Norte.

Seção IV

Eixos

Art. 13 Os Eixos são caracterizados por terrenos com testada para determinadas vias que, por sua localização e características físicas, exigem tratamento especial na definição de parâmetros de uso e ocupação do solo.

- I. Eixo de Uso Múltiplo (EMULT) - constitui-se dos terrenos com testada para o trecho urbano da PR-340 (Av. Prefeito Doutor Ronie Cardoso) na qual é preconizado adensamento e a diversificação de usos, atividades e tipologias edilícias;
- II. Eixo de Logística e Serviços (ELOS) - corresponde às áreas localizadas entre a PR-340 e a Rodovia de Contorno Norte, propícias para a instalação de equipamentos e serviços de transporte e integração logística regional, tendo por objetivos:
 - a) estimular a instalação de equipamentos de logística e de serviços relacionados ao transporte rodoviário e ferroviário, seja pela relocação das atividades correspondentes localizadas nas áreas urbanas, ou pela implantação de novos empreendimentos; e
 - b) possibilitar a melhoria do acesso e da locomoção entre as áreas produtivas de Castro e os municípios da região;



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

III. Eixo de Comércio e Serviços (ECOS) - constituído pelos imóveis com testada para as vias principais das sedes dos distritos do Socavão, Abapã e Tronco, tendo por objetivo disciplinar a instalação de atividades econômicas de pequeno e médio porte essenciais à qualidade de vida da população residente nos distritos.

Seção V

Setores Especiais

Art. 14 Os Setores Especiais são áreas sobrepostas às zonas, obedecendo seus parâmetros, mas que, por suas características especiais, exigem procedimentos especiais de aprovação de construção ou instalação de atividades, ou parâmetros mais restritivos de uso e ocupação do solo.

- I. Setor de Patrimônio Histórico Cultural (SEPAHC): setor correspondente à área do conjunto urbano-arquitetônico com interesse de preservação da paisagem histórico-cultural, compreendendo as Praças Sant'Ana do Iapó, Manoel Ribas e João Gualberto, bem como todos os imóveis com testada para essas praças;
- II. Setor Especial Aeroportuário (SEA) - setor correspondente à área do aeroporto Major Neodo Pereira e suas adjacências, tendo como objetivos:
 - a) assegurar a segurança aeroviária e a ampliação do aeródromo;
 - b) assegurar terrenos para ampliação futura do aeroporto, incluindo a possibilidade de construção de nova pista com extensão suficiente para uso pela aviação regular e cargas; e
 - c) estabelecer e assegurar a ocupação adequada da área de proteção aeroportuária, conforme superfície cônica correspondente, designada para a proteção das aeronaves em relação a obstáculos verticais.

III - Setor de Serviços Integrados (SSI) - setor que incide nas áreas urbanas dos distritos do Tronco, Socavão e Abapã, que objetiva a constituição de centralidades urbanas referenciais nas vilas, com concentração de equipamentos de uso público e comunitário para a garantia de atendimento igualitário a toda população;

IV - Setor Industrial de Ocupação Controlada 1 (SOC-1) - conforma-se pela interseção da zona de amortecimento do Parque Estadual do Caxambú com as Zonas Industriais, tendo como objetivo compatibilizar o uso e ocupação do solo das zonas industriais com limites paramétricos em conformidade com as diretrizes do IAP.

V - Setor Industrial de Ocupação Controlada 2 (SOC-2) - consiste na interseção



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

do Distrito Industrial I com a bacia hidrográfica do rio Iapó, tendo como objetivo evitar os riscos de contaminação hídrica por parte dos empreendimentos industriais e de serviços, pelo fato desta área estar a montante do atual ponto de captação de abastecimento público de água.

§ 1º A Delimitação do Setor de Patrimônio Histórico Cultural (SEPAHC) será realizada por legislação específica.

§ 2º A Área de Proteção do Aeroporto, cuja delimitação coincide com a superfície cônica do aeroporto, é estabelecida pela especificidade de parâmetros de uso e ocupação do solo aeroportuário.

§ 3º Os parâmetros de uso e ocupação do solo permitidos no SEA são preponderantes sobre as demais zonas às quais se sobrepõe.

§ 4º Qualquer construção ou aproveitamento do uso do solo, dentro dos limites deste setor, deverão ser submetidas à autorização prévia do Comando Militar do Ar (COMAR), do IAC e da Prefeitura Municipal de Castro.

§ 5º A altura das edificações a serem construídas dentro dos limites da Área de Proteção do Aeroporto deve obedecer às regras do Plano Aeroportuário específico.

§ 6º A delimitação da Área de Proteção e de sua superfície cônica deverão ser redefinidas em função de alterações no uso e porte do aeroporto.

§ 7º Os limites do Setor Industrial de Ocupação Controlada 1 deverão ser revistos quando for definida a zona de amortecimento do parque Caxambu, conforme diretrizes do Plano de Manejo da referida Unidade de Conservação.

§ 8º A configuração do Setor Industrial de Ocupação Controlada 2 deverá ser revista caso haja mudança na localização do ponto de captação de abastecimento público de água do rio Iapó.

Seção VI

Zonas Rurais

Art. 15 As Zonas Rurais são áreas com uso predominante rural, além de estruturas ambientais de especial interesse, que diferem entre si devido à capacidade de suporte das estruturas ambientais, da infraestrutura disponível e das características socioeconômicas da população residente, resultando em diferentes parâmetros de uso e ocupação do solo.



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

- I. Zona Rural de Conservação da Paisagem (ZCP) - corresponde à porção territorial de uso rural que concentra os fragmentos de Floresta Ombrófila mista ao norte da área urbana consolidada da Sede, tendo como objetivos:
 - a) consolidar área de amortecimento da ocupação urbana em relação ao Distrito Industrial I, com intuito de evitar conflitos entre os usos residencial e industrial; e
 - b) estabelecer uma política de conexão dos fragmentos de vegetação em estágio médio e avançado, de forma a possibilitar corredores de biodiversidade;
- II. Zona Rural de Preservação do Manancial do São Cristóvão (ZPM) - consiste na bacia de manancial do São Cristóvão e terrenos adjacentes, caracterizados por altas declividades e alta incidência de vegetação em estágio médio e avançado de sucessão, tendo como objetivos:
 - a) conciliar a exploração econômica da área com a necessidade de manutenção da qualidade da água, flora e fauna da região; e
 - b) possibilitar a instalação de atividades de fim urbano, inclusive industrial, desde que não causem impactos negativos ao ecossistema;
- III. Zona Rural de Conservação Hídrica - corresponde às vegetações de várzea e aluvial dos Rios Iapó, Piraí e Maracanã, tendo como objetivo a recuperação da mata ciliar com vistas a melhorar a qualidade da água na região;
- IV. Zona Especial de Integração Logística (ZEIL) - corresponde às áreas com características de localização e relevo propícias para a instalação de equipamentos de transporte e integração logística regional, tendo como objetivo:
 - a) possibilitar a instalação de um Terminal Logístico Intermodal para atender a demanda deste tipo de equipamento na região dos Campos Gerais;
 - b) garantir o escoamento da produção através de eixos de transporte diversificados adjacentes à zona: ramais ferroviários, a rodovia PR-151 e o traçado do futuro Contorno Sul; e
 - c) permitir acesso e transporte da produção dos municípios de Castro, Piraí do Sul, Tibagi e Carambei em direção aos centros consumidores de Ponta Grossa, Região Metropolitana de Curitiba e Porto de Paranaguá;
- V. Zona Rural de Consolidação Agropecuária: possui as mesmas características e reproduz os mesmos objetivos da Macrozona de Consolidação Agropecuária.



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

Art. 16. A delimitação das zonas, eixos e setores é apresentada nos mapas constantes dos Anexos II a VIII.

Parágrafo único. A localidade denominada Terra Nova, delimitada na Lei do Perímetro Urbano de Castro, seguirá os parâmetros de uso e ocupação do solo definidos para a Zona Residencial 1 (ZR-1).

Capítulo III

Classificação e definição dos usos do solo

Art. 17 Os usos do solo quanto aos parâmetros de utilização, atividades e naturezas, são classificados conforme as seguintes categorias:

- I. Quanto aos parâmetros de uso, os usos são classificados em:
 - a) Permitidos: atividades compatíveis com as finalidades urbanísticas da zona correspondente, sem restrições, e que dependem apenas das licenças de construção e funcionamento;
 - b) Permissíveis: atividades que deverão passar por análise e aprovação pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, que poderá exigir medidas de diminuição dos impactos da atividade analisada, tomando por base as medidas listadas no Anexo XI;
 - c) Proibidos: atividades inadequadas que, por sua categoria, porte ou natureza, são nocivas, perigosas, incômodas ou incompatíveis com as finalidades da zona correspondente.
- II. Quanto à atividade, os usos podem ser definidos como:
 - a) Residencial: edificação destinada à habitação permanente ou transitória;
 - b) Comercial e de Serviços: atividade caracterizada pela relação de troca, visando o lucro, pela circulação de mercadorias, ou atividade caracterizada pelo préstimo de mão de obra e assistência de ordem intelectual;
 - c) Comunitário: edificações, espaços ou instalações destinados à educação, cultura, lazer, saúde, assistência social ou culto religioso;
 - d) Industrial: atividade que resulta da produção de bens pela transformação de insumos.
 - e) Agropecuário: atividade de uso do solo voltada à produção agrícola ou criação



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

de animais, visando às necessidades do próprio produtor ou de um consumidor final;

- f) Extrativista: atividade de extração mineral e vegetal.

TÍTULO III

PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIOAMBIENTAL

Art. 18 A preservação e valorização do Patrimônio Socioambiental é princípio basilar do Plano Diretor de Castro e reflete-se nas diretrizes e parâmetros de uso e ocupação do solo das Macrozonas, Zonas, Eixos e Setores administrativos que organizam o território municipal.

Parágrafo único. Além das diretrizes e parâmetros desta Lei, os empreendimentos de potencial impacto sobre o patrimônio socioambiental deverão observar as diretrizes da legislação federal, estadual e municipal que exigem a elaboração de Estudos de Impacto Ambiental, Estudos de Impacto de Vizinhança e outros.

Capítulo I

Preservação e Valorização do Centro Histórico de Castro

Art. 19 No Setor de Patrimônio Histórico Cultural (SEPAHC), caracterizado pela concentração das edificações e a paisagem de valor sociocultural, define-se que:

- I. Os usos dos imóveis integrantes do conjunto histórico deverão ser compatíveis com a necessidade de proteção do conjunto urbanístico e de suas edificações, bem como deverão garantir o bem-estar de seus habitantes e usuários;
- II. Não serão permitidas atividades que ponham em risco a integridade física dos elementos que compõe sua paisagem e de suas edificações, tais como:
 - a) depósitos de inflamáveis, explosivos ou fogos de artifício;
 - b) indústrias cujo padrão de emissão seja incompatível com esta área protegida;
 - c) atividades cuja natureza requeira transporte de cargas acima de 10 toneladas;
 - d) edifícios e pátios de estacionamento de grande porte.

Parágrafo único. Consideram-se pátios de estacionamento de grande porte os empreendimentos que possam causar danos ou impactos urbanísticos, capazes de



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

resultar alteração no ambiente socioeconômico, paisagístico ou construído, gerando sobrecarga na capacidade de atendimento de infraestrutura básica.

Art. 20 Na instalação de Infraestrutura urbana no Setor de Patrimônio Histórico Cultural, devem ser consideradas as seguintes diretrizes:

- I. a instalação, ampliação, reforma ou recuperação dos sistemas de infraestrutura urbana, tais como de energia elétrica, telecomunicações, esgotos sanitários, água potável, águas pluviais e de transporte e circulação, deverão se dar de forma a garantir a integridade física e paisagística do Setor, quer no conjunto urbano, quer em relação às suas edificações;
- II. as redes de distribuição de energia elétrica, de iluminação e de telecomunicações deverão ser substituídas por redes subterrâneas e seus elementos componentes visíveis deverão estar dispostos de forma a se harmonizar com a paisagem urbana, respeitando suas características relevantes e a importância histórica das edificações.

Art. 21 Na instalação de mobiliário urbano no Setor de Patrimônio Histórico Cultural, devem ser consideradas as seguintes diretrizes:

- I. a instalação, aplicação, reforma ou recuperação de quaisquer mobiliários urbanos, tais como ponto de transporte coletivo, de táxi, quiosques, bancos, lixeiras, cabines telefônicas, floreiras, caixas de correio, luminárias e sinalizações verticais, equipamentos de lazer e outros deverão respeitar as características físicas e paisagísticas do setor, quer do conjunto urbano, quer de suas edificações;
- II. o mobiliário urbano não deverá interferir na visibilidade dos bens de interesse histórico da Zona.

Art. 22 As intervenções paisagísticas nas áreas de domínio público do Setor de Patrimônio Histórico Cultural, voltadas à substituição ou implantação de espécies isoladas ou a instalação de praças e jardins, jardineiras, jardinetes, passeios, floreiras e outros deverão se dar de forma a respeitar as características físicas e paisagísticas do Setor e deverão ser submetidas à Superintendência de Patrimônio Cultural Edificado.

Art. 23 As edificações da Zona de Uso Misto 2 existentes ou a serem construídas ou que venham a ser objeto de qualquer tipo de intervenção deverão se harmonizar com o conjunto histórico, com seu entorno imediato e com os pontos relevantes à paisagem urbana.



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

§ 1º As edificações isoladas de valor cultural com grau de interesse de proteção deverão ser abrangidas pelo inventário.

§ 2º Na análise dos projetos a que se referem o *caput* do artigo, localizados no Setor de Patrimônio Histórico Cultural, serão considerados a implantação e a composição volumétrica, as saliências, as reentrâncias, os detalhes decorativos, os materiais, as cores, as escalas e outros.

Art. 24 Os projetos e obras supracitados nesta lei deverão:

- I. respeitar as diretrizes do Plano para Revitalização da Paisagem e Restauo de Edificações;
- II. ser submetidos à apreciação e aprovação da Superintendência de Patrimônio Cultural Edificado;
- III. ser priorizados os projetos e obras, no caso de investimento público, previstos no Plano para Revitalização da Paisagem e Restauo de Edificações.

Art. 25 Atribuem-se os seguintes graus de proteção das Edificações no Setor de Patrimônio Histórico Cultural, de acordo com o valor histórico e/ou arquitetônico:

- I. Grau de Proteção Um (GP1) – proteção rigorosa, diz respeito aos edifícios com importância histórica e/ou arquitetônica relevantes para o conjunto urbano, que deverão ser mantidos integralmente com os aspectos originais de sua concepção sendo permitidas intervenções que venham a recuperar as suas características originais e modificações internas e tão somente aquelas destinadas à melhoria de habitabilidade e/ou adaptação para novos usos;
- II. Grau de Proteção Dois (GP2) – proteção rigorosa, diz respeito aos edifícios com importância histórica e/ou arquitetônica relevantes para o conjunto urbano, os quais sofreram, no decorrer do tempo, alterações de maior significação na concepção originais, e que, portanto, deverão ser mantidos integralmente com os aspectos originais remanescentes de sua concepção, sendo permitidas intervenções que venham a recuperar suas características originais e modificações internas exclusivamente para melhoria da habitabilidade e/ou adaptação para novos usos;
- III. Grau de Proteção Três (GP3) – também denominado de Unidade de Acompanhamento, diz respeito aos edifícios que necessitam de acompanhamento técnico em caso de reforma, para garantir que as intervenções



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

mantenham a sua volumetria e assegurem a sua harmonia com o conjunto urbano;

- IV. Unidades de substituição – unidades que poderão ser substituídas integralmente, obedecendo, para as novas edificações, as normas estabelecidas nesta lei ou legislação pertinente para o assunto.

Art. 26 A construção de novas edificações no Setor de Patrimônio Histórico Cultural deverá observar as disposições previstas nos dispositivos de tombamento de nível federal, estadual e municipal.

TÍTULO IV

DO SISTEMA VIÁRIO BÁSICO

Capítulo I

Sistema Viário

Art. 27 O Poder Executivo Municipal é responsável pelo planejamento e disciplinamento do sistema viário, de acordo com o estabelecido nesta Lei, segundo o estabelecido pelo Plano Diretor, especialmente com relação às seguintes diretrizes:

- I. Hierarquização do sistema viário, considerando os deslocamentos urbanos, rurais e intermunicipais;
- II. Tratamento das vias urbanas segundo a hierarquia viária estabelecida, com adequação da configuração física, dotando-as de equipamentos de controle, com a sinalização viária;
- III. Estabelecimento das prioridades de circulação, segundo as diretrizes do Plano Diretor, privilegiando o pedestre e o ciclista sobre os demais modos e a prioridade de circulação do transporte público coletivo;
- IV. Promoção de correções de traçado e compatibilização de ligações viárias;
- V. Tratamento de pontos críticos, melhorando a segurança e reduzindo os acidentes;
- VI. Implantação de infraestrutura compatível com os volumes de tráfego, privilegiando os pedestres e ciclistas, ofertando conforto e segurança aos usuários;
- VII. Pavimentação das vias urbanas e rurais, compatíveis com os volumes de tráfego,



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

com sinalização adequada, de acordo com a tipologia estabelecida segundo a hierarquia viária;

- VIII. Dimensionamento e pavimentação das calçadas, segundo a tipologia estabelecida, considerando a acessibilidade universal, dotando-as de mobiliário urbano compatível com o estabelecido para o tipo de via; e
- IX. Implantação de ciclovias e ciclofaixas, de acordo com as normas definidas, com sinalização adequada.

Capítulo II

Hierarquia das Vias Urbanas

Art. 28 O Poder Executivo Municipal deve constituir um sistema hierárquico de vias urbanas no Município, estabelecendo as condições adequadas para a malha viária.

§ 1º Para os fins do disposto no "caput" deste artigo, as vias devem ser categorizadas da seguinte forma:

- I. Vias Arteriais: são as de estruturação do sistema viário, ligação entre bairros e polos geradores de tráfego, com trânsito predominantemente de passagem, com a circulação de linhas de transporte coletivo, permitido para todos os tipos de veículo, exceto de propulsão humana e tração animal;
- II. Vias Coletoras: são as de coleta e distribuição de trânsito nos bairros, alimentação das vias arteriais, com a circulação de linhas de transporte coletivo, com trânsito de passagem e local, permitido para todos os tipos de veículo;
- III. Vias Locais: são as de circulação do trânsito local e acesso às áreas lindeiras, com trânsito predominantemente local, permitido para todos os tipos de veículo, exceto os veículos pesados;
- IV. Vias Locais Comerciais: são vias locais que concentram atividades de comércio e serviços, com a mesma configuração em relação à circulação viária, com tráfego lento, calçadas com maior largura e construção no alinhamento predial, permitido para todos os tipos de veículos, sendo que os veículos de carga devem ter horários e tonelagem permitida;
- V. Vias Especiais de Serviço de Logística: vias a serem implantadas na área de Castrolanda, constituídas por um segmento da Rodovia PR-340 e por uma ligação com o futuro Contorno Norte, para o atendimento da circulação de



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

veículos de carga, bem como atividades de serviços de logística;

- VI. Rodovias de Contorno: vias destinadas à circulação de veículos de passagem, especialmente os de carga;
- VII. Ciclovias: são as de trânsito exclusivo de bicicletas, segregadas, proibido para os demais veículos;
- VIII. Ciclofaixas: definidas por faixas reservadas para a circulação de bicicletas, a serem implantadas paralelas às correntes de tráfego das vias.

§ 2º. A classificação das vias urbanas consta do Mapa de Hierarquia Viária Urbana em Anexo XII desta Lei.

Seção I

Das Dimensões das Vias Urbanas

Art. 29 Objetivando o perfeito funcionamento das vias, são considerados os seguintes elementos:

- I. caixa da via - distância definida em projeto entre os dois alinhamentos prediais em oposição;
- II. pista de rolamento ou pista de rodagem - espaço dentro da caixa da via onde são implantadas as faixas de circulação e o estacionamento de veículos;
- III. calçada - espaço destinado à circulação de pedestres, situado entre o alinhamento predial e o início da pista de rolamento;
- IV. ciclovias - espaços destinados à circulação de ciclistas, situado entre a calçada e a pista de rolamento, ou exclusivas quando viável.

Art. 30 Os padrões de urbanização para o Sistema Viário obedecerão aos requisitos estabelecidos pelo Poder Executivo Municipal quanto:

- I. à largura dos passeios e faixas de rolamento;
- II. ao tratamento paisagístico;
- III. à declividade máxima definida por esta Lei.

§ 1º As vias locais sem saída, com bolsão de retorno ou em *cul-de-sac*, apresentarão uma extensão máxima de 200m (duzentos metros) medida da via de



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

acesso mais próxima.

§ 2º As vias públicas locais terão no mínimo 13m (treze metros) de largura de caixa e 5,60m (cinco metros e sessenta centímetros) de pista de rolamento - além de área de estacionamento com largura mínima de 2,20m (dois metros e vinte centímetros).

§ 3º A declividade máxima aceita será de 20% (vinte por cento) para as vias.

Art. 31 Todas as vias abertas à circulação de veículos e com o pavimento definitivo implantado permanecerão com as dimensões existentes, exceto quando definido em projeto específico de urbanização uma nova configuração geométrica para a mesma, e as demais vias a serem implantadas ou pavimentadas deverão obedecer aos perfis estabelecidos no Anexo XIII desta lei e às seguintes dimensões mínimas:

I. Via de contorno rodoviário: deverá ser elaborado projeto específico, definindo suas dimensões de acordo com as projeções de tráfego para a via, observando os padrões técnicos estaduais e federais;

II. Vias arteriais:

- a) caixa da via (total) - 24m (vinte e quatro metros);
- b) pista de rolamento - 6m (seis metros) para cada sentido;
- c) canteiro central - 1,20m (um metro e vinte centímetros);
- d) calçadas - 4m (quatro metros);
- e) ciclovia (bidirecional) - 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

III. Vias coletoras:

- a) caixa da via (total) - 20m (vinte metros);
- b) estacionamento - 2,20m (dois metros e vinte centímetros);
- c) pista de rolamento - 7m (sete metros);
- d) calçadas - 4m (quatro metros);
- e) ciclovia (bidirecional) - 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

IV. Vias locais:



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

- a) caixa da via - 13m (treze metros);
- b) estacionamento - 2,20m (dois metros e vinte centímetros);
- c) pista de rolamento - 5,80m (cinco metros e oitenta centímetros);
- d) calçadas (mínimo) - 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

V. Vias comerciais:

- a) caixa da via (total) - 21m (vinte e um metros);
- b) estacionamento (em ambos os lados da via) - 2,20m (dois metros e vinte centímetros) cada;
- c) pista de rolamento - 6m (seis metros);
- d) calçadas - 3m e 5m (três e cinco metros);
- e) ciclovia (unidirecional) - 2m (dois metros).

VI. Ciclovias: em regra, com caixa de circulação mínima de 2m (dois metros), no entanto, havendo viabilidade, poderá ser estabelecida a implantação de ciclovias, com no mínimo 1m (um metro), quando da aprovação do projeto pela Administração Municipal, que poderá ser compartilhada com as calçadas, observada a preferência aos pedestres.

Parágrafo único. Quando for apontada a existência de via sem classificação pelo Anexo XII – Mapa do Sistema e Hierarquia Viária Urbana, essa via deverá ser considerada como via local.

Capítulo III

Hierarquia das Vias Rurais

Art. 32 O Poder Executivo Municipal deve constituir um sistema hierárquico de vias rurais no Município, estabelecendo as condições adequadas para a malha viária.

§ 1º Para os fins do disposto no "caput" deste artigo, as vias devem ser categorizadas da seguinte forma:

- I. Vias Regionais: são as que compõem a estrutura do sistema viário rural, compostas por rodovias estaduais PR-151 (Rodovia Parigot de Souza); PR-340 (Rodovia Guataçara Borba Carneiro), considerando o segmento leste, o



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

Contorno Sul e uma projeção até Cerro Azul; e a PR-090; permitido para todos os tipos de veículo, exceto os de propulsão humana e tração animal;

- II. Estradas Principais ou Troncos: são as que articulam os deslocamentos para os Distritos de Socavão até Dr. Ulisses; a ligação entre a Rodovia PR-151 no Distrito de Tronco e o Distrito de Abapã e a ligação com a comunidade de Guararema; permitido para todos os tipos de veículos;
- III. Estradas Secundárias ou de Ligação: promovem o acesso a diversas comunidades, permitido para todos os tipos de veículos; e
- IV. Estradas Vicinais ou Caminhos: fazem as ligações a comunidades e propriedades rurais, permitido para todos os tipos de veículo.

§ 2º A classificação das vias rurais consta do Mapa de Hierarquia Viária Rural, Anexo XV desta Lei.

Seção I

Das Dimensões das Vias Rurais

Art. 33 As estradas municipais obedecerão ao perfil constante no Anexo XVI desta Lei e às respectivas larguras:

- I. Vias rurais principais ou troncais:
 - a) caixa da via - 10m (dez metros) do eixo das estradas a cada um dos lados;
 - b) pista de rolamento - 7m (sete metros) do eixo da estrada a cada um dos lados, incluindo acostamento de cada lado com 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);
 - c) faixa de domínio - 3m (três metros) além da pista de rolamento.
- II. Vias rurais secundárias ou de ligação:
 - a) caixa da via - 9m (nove metros) do eixo das estradas a cada um dos lados;
 - b) pista de rolamento - 6m (seis metros) do eixo da estrada a cada um dos lados, incluindo acostamento de cada lado com 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);
 - c) faixa de domínio - 3m (três metros) além da pista de rolamento.



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

III. Vias rurais vicinais:

- a) caixa da via - 6,50m (seis metros e cinquenta centímetros) do eixo das estradas a cada um dos lados;
- b) pista de rolamento - 4,50m (quatro metros e cinquenta centímetros) do eixo da estrada a cada um dos lados, incluindo acostamento em um dos lados com 3m (três metros);
- c) faixa de domínio - 2m (dois metros) além da pista de rolamento.

§1º As caixas das vias das estradas rurais não poderão ser utilizadas para edificações ou qualquer espécie de exploração.

§ 2º Para a mudança dentro dos limites do seu terreno de qualquer estrada pública, deverá o respectivo proprietário requerer a necessária alteração ao Poder Executivo Municipal, justificando a necessidade e vantagens.

Art. 34 As vias regionais terão as suas dimensões estipuladas de acordo com a legislação do órgão competente.

Parágrafo único. Considerando a previsão de conversão da via regional entre a localidade do Cruzo e o limite entre Castro e Cerro Azul em rodovia estadual (PR 340), esta via deverá manter a caixa da Via Rural Principal, com faixa de domínio de 40 metros em cada lateral, de forma a se enquadrar nas normas do DNIT para rodovias de classe III.

TÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35 As formas de uso e ocupação do solo não previstas nesta Lei serão analisadas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que poderá exigir a elaboração de estudos específicos e a implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias.

Art. 36 Os alvarás de localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais ou industriais serão concedidos sempre a título precário, podendo ser cassados caso as medidas mitigadoras e compensatórias determinadas pelo Poder Público não sejam cumpridas.

§ 1º Os alvarás concedidos poderão ser cassados mediante justificativa fundamentada, de iniciativa do Poder Público ou de pessoa diretamente interessada, que demonstre os impactos negativos sobre o meio ambiente natural e construído.



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

§ 2º Os pedidos de cassação de alvará deverão ser avaliados pelo Poder Executivo, com base nos princípios e diretrizes do Plano Diretor e desta Lei.

Art. 37 A transferência de local ou mudança de ramo de atividade comercial, de prestação de serviço ou industrial, já em funcionamento, poderá ser autorizada se não contrariar as disposições desta Lei.

Art. 38 Os limites entre as Macrozonas, Zonas, Eixos e Setores poderão ser ajustados, com vistas à maior precisão dos limites ou para se obter melhor adequação no sítio onde se propuser a alteração, considerando-se as divisas dos imóveis, o sistema viário ou a ocorrência de elementos naturais e outros fatores condicionantes.

Art. 39 São partes integrantes desta Lei os seguintes anexos:

- I. Anexo I - Glossário;
- II. Anexo II - Mapa de Zoneamento do Polo Multifuncional do Vale do Iapó;
- III. Anexo III - Mapa de Zoneamento da Sede Urbana de Castro;
- IV. Anexo IV - Mapa de Zoneamento do Distrito Industrial I;
- V. Anexo V - Mapa de Zoneamento da Sede de Abapã;
- VI. Anexo VI - Mapa de Zoneamento da Sede de Socavão;
- VII. Anexo VII - Mapa de Zoneamento da Sede de Castrolanda;
- VIII. Anexo VIII - Mapa de Zoneamento da Sede do Tronco;
- IX. Anexo IX - Tabela de Parâmetros de Uso de Ocupação do Solo;
- X. Anexo X - Lista de Tipologia de Usos;
- XI. Anexo XI - Medidas Mitigadoras Mínimas;
- XII. Anexo XII - Mapa do Sistema e da Hierarquia Viária Urbana;
- XIII. Anexo XIII - Perfis Viários Urbanos;
- XIV. Anexo XIV - Mapa do Sistema Ciclovitário;
- XV. Anexo XV - Mapa da Estrutura e Hierarquia Viária Rural;
- XVI. Anexo XVI - Perfis Viários Rurais.



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

Art. 40 Esta Lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias após sua publicação, revogadas as leis anteriores sobre o tema e demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Castro, 20 de dezembro de 2017.

MOACYR ELIAS FADEL JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ



ANEXO I - GLOSSÁRIO

I - Afastamento (predial): distância mínima obrigatória entre a edificação e as divisas do lote (afastamento lateral, frontal ou de fundos).

II - Alinhamento: linha separadora que determina o limite físico e legal entre a propriedade particular e o logradouro público.

III - Altura (construída) de edificação: é a dimensão vertical (em metros) máxima da edificação, tomada verticalmente entre o nível do alinhamento em relação ao terreno e o plano horizontal correspondente ao ponto mais alto da edificação ou estrutura.

IV - Alvará de Construção, Reforma, Ampliação ou Demolição: documento expedido pelo Poder Executivo Municipal que autoriza a execução de obras e instalações sujeitas à sua fiscalização.

V - Alvará de Localização e Funcionamento: documento expedido pelo Poder Executivo Municipal que autoriza o local e o funcionamento de uma determinada atividade.

VI - Ampliação: alteração no sentido de tornar maior a construção.

VII - Área Construída: a soma das áreas dos pisos utilizáveis, cobertos ou não, de todos os pavimentos de uma edificação, inclusive áreas edificadas destinadas a estacionamento de veículos, subdividindo-se em:

a) área construída computável: parcela da área construída de uma edificação, computável nos cálculos da capacidade construtiva do imóvel;

b) área construída não computável: parcela da área construída de uma edificação, não computável nos cálculos da capacidade construtiva do imóvel, sendo:

1) subsolos, desde que não haja utilização no mesmo como "compartimento de permanência prolongada";

2) sacadas, balcões, varandas ou varandas técnicas de uso exclusivo da unidade que apresentarem área total de, no máximo, 6m² (seis metros quadrados);



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

- 3) superfície ocupada por escadas de segurança e demais compartimentos necessários para atender aos dispositivos de segurança, previstos pelas normas técnicas brasileiras, em todos os pavimentos da edificação;
- 4) poços de elevadores, casas de máquinas, caixas d'água e barriletes;
- 5) centrais de gás, de elétrica e de ar-condicionado;
- 6) ático com área de até 1/3 (um terço) do piso inferior;
- 7) área do sótão com pé-direito de até 1,80m (um metro e oitenta centímetros); e
- 8) porão com área até 1/3 (um terço) do pavimento superior.

VIII - Áreas institucionais: áreas destinadas à implantação dos equipamentos públicos;

IX - Áreas de preservação permanente: áreas de obrigatória proteção ambiental, destinadas à preservação de matas ciliares, áreas de encosta, topos de morro e demais áreas consideradas relevantes à conservação do ambiente.

X - Áreas verdes: áreas de uso público destinadas à implantação de praças, áreas de recreação e descanso, monumentos e demais referenciais urbanos e paisagísticos.

XI - Coeficiente de aproveitamento (CA) ou potencial construtivo: valor numérico que deve ser multiplicado pela área do terreno para se obter a área máxima computável a construir.

XII - Construção: de modo geral, é a realização de qualquer obra nova.

XIII - Declividade: relação percentual entre a diferença das cotas altimétricas de dois pontos e a sua distância horizontal.

XIV - Demolição: deitar abaixo, deitar por terra qualquer construção.

XV - Escala: relação entre as dimensões do desenho e a do que ele representa.

XVI - Faixa de domínio (ou servidão): área contígua às vias de tráfego, sobretudo rodoviárias, e às redes de infraestrutura, definidas em lei, nas quais



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

são vedadas a construção, sendo destinadas ao acesso para ampliação, manutenção e segurança destes equipamentos.

XVII - Fachada: elevação das paredes externas de uma edificação.

XVIII - Infraestrutura Básica: equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário, de abastecimento de água potável, de energia elétrica pública e domiciliar, vias de circulação e pavimentação.

XIX - Marquise: cobertura em balanço; considerada *área não computável* quando apresenta até 1,20m (um metro e vinte centímetros) de balanço; se superior, a área da projeção do balanço excedente deve ser considerada na *área computável* da edificação.

XX - Medidas mitigadoras: procedimentos a serem adotados para reduzir o impacto negativo da instalação de atividades.

XXI - Meio-fio: peça de pedra ou de concreto que separa, em desnível, a calçada da faixa de rolamento das ruas.

XXII - Ocupação do Solo: é a maneira como a edificação ocupa o lote, em função das normas e parâmetros incidentes sobre os mesmos.

XXIII - Pavimento: conjunto de compartimentos de uma edificação situados no mesmo nível, ou com uma diferença de nível não superior a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), até um pé-direito máximo de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros).

XXIV - Pavimento térreo: pavimento cujo piso está compreendido até a cota 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros), em relação ao nível do meio fio.

XXV - Pé-direito: distância vertical entre o piso e o forro de um compartimento.

XXVI - Recuo: distância entre o limite externo da área ocupada por edificação e a divisa do lote:

a) os recuos serão definidos por linhas paralelas às divisas do lote, salvo projeções de saliências em edificações, nos casos previstos em lei;

b) os recuos frontais serão medidos em relação aos alinhamentos.

XXVII - Reforma: fazer obra que altera a edificação em parte essencial por



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

acréscimo, modificação ou supressão.

XXVIII - Taxa de ocupação (TO): proporção entre a área máxima da edificação projetada sobre o lote e a área desse mesmo lote.

XXIX - Taxa de permeabilidade: percentual do lote que deverá permanecer permeável.

XXX - Testada: largura do lote voltada para a via pública.

XXXI - Uso do solo: é o tipo de utilização de parcelas do solo urbano por certas atividades dentro do perímetro urbano.

XXXII - Zoneamento: é a divisão do território municipal em zonas para as quais são definidos os tipos de parâmetros de ocupação do solo, nos termos dos critérios urbanísticos e ambientais desejáveis estabelecidos pelo Plano Diretor.



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO II

MAPA DE ZONEAMENTO DO POLO MULTIFUNCIONAL DO VALE DO IAPÓ



Prefeitura Municipal de Castro

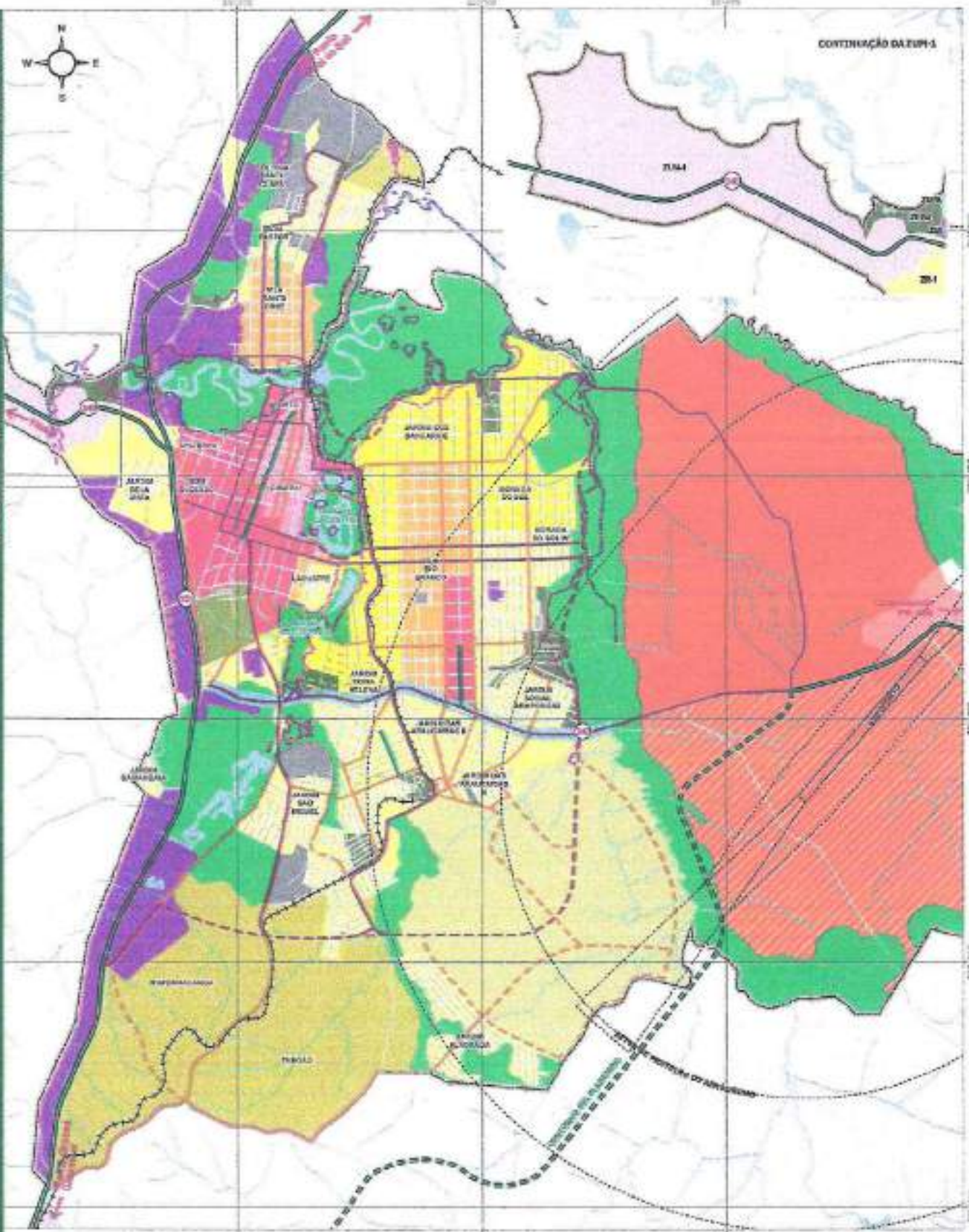
ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III

MAPA DE ZONEAMENTO DA SEDE URBANA DE CASTRO



CONTINUAÇÃO DA ZUM-1



- Zonamento urbano proposto**
- ZR-1: Zona Residencial
 - ZR-2: Zona Comercial
 - ZR-3: Zona Residencial
 - ZUM-1: Zona de Uso Misto
 - ZUM-2: Zona de Uso Misto
 - ZUM-3: Zona de Uso Misto
 - ZES: Zona Especial de Interesse
 - ZDU: Zona de Expansão Urbana
 - ZDU: Zona de Expansão Urbana
 - ZUI: Zona Urbana de Interesse
 - ZUP: Zona Urbana de Proteção
 - ZEA: Zona Especial de Recreação

- DE Zona**
- DUEC: Zona de Uso Especial
 - ZES: Zona Especial de Interesse
 - ZEA: Zona Especial
- Hierarquia Viária urbana**
- Rua Regional
 - Rua Regional planejada
 - Rua Arterial existente
 - Rua Arterial planejada
 - Rua Coletora existente
 - Rua Coletora planejada
 - Rua Local planejada
 - Rua Comercial existente

- CONVENÇÕES**
- Símbolo não urbano
 - Perímetro Urbano
 - Integratidade
 - Stress d'água
- Carreio de nível**
- Classificação 077 metros
 - Classificação 073,8 metros
- Fonte: Prefeitura Municipal de Castro, 2005; FUNPAR, 2008.

ESCALA DO MAPA 1:50.000

PROTEÇÃO AMBIENTAL / SUSTENTABILIDADE
MUNICÍPIO DE CASTRO

MAPA DE ZONEAMENTO DA SEDE URBANA DE CASTRO

ÍNDICE III

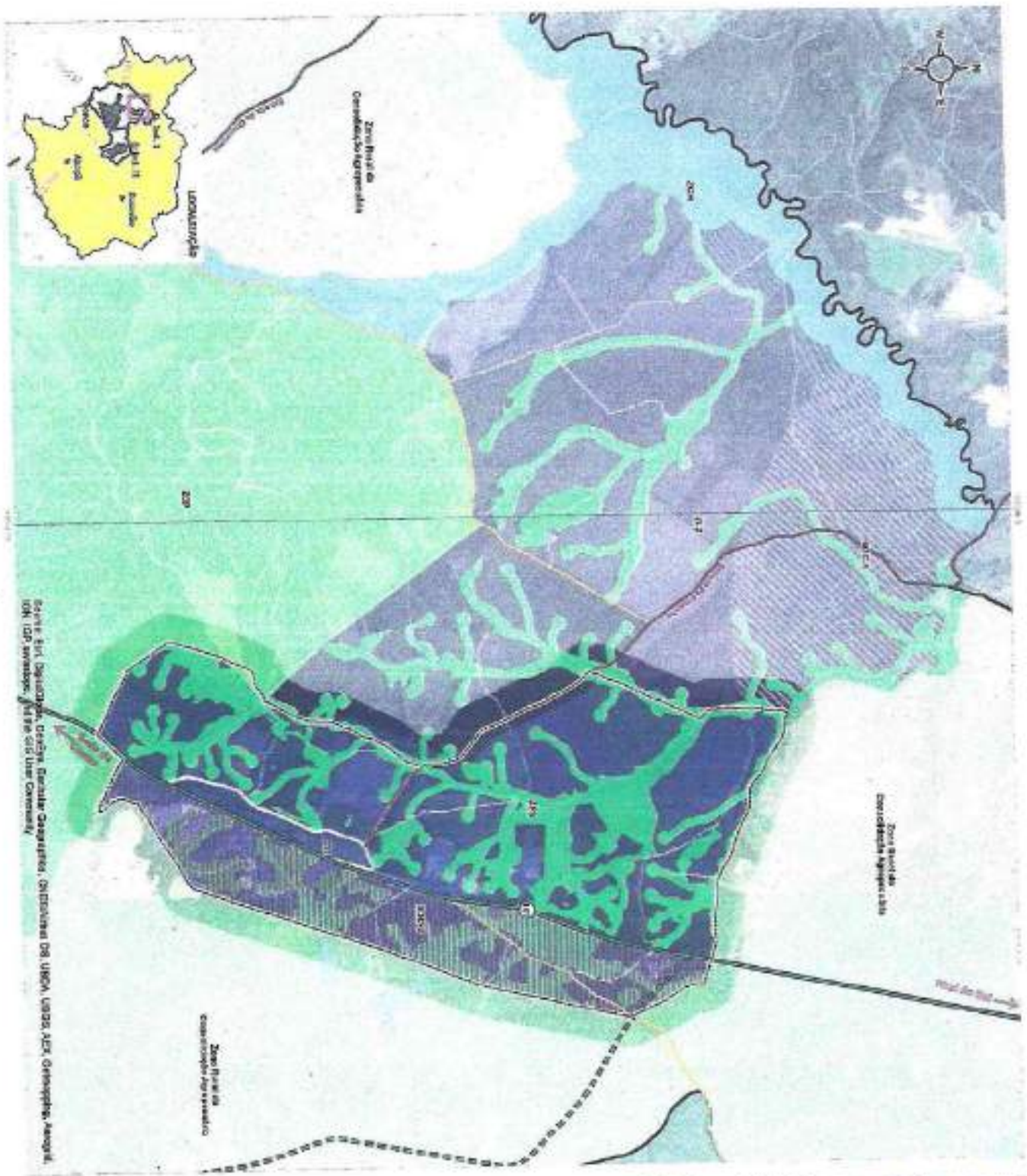


Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO IV

MAPA DE ZONEAMENTO DO DISTRITO INDUSTRIAL I



Escala: 1:50,000
 Fuente: SRT, Digitaliza, Datos, Fuente Casapala, (Cartografía DG USGA, USGS, AEC, Geopos, Amapa, IGN, IGP, swisstopo, JTSK, etc. User Generated)

LEYENDA

- Zonificación (Ordenamiento Territorial)**
- Z-1: Zona Urbana 1
- Zona Urbana de Expansión Continua 2
- Z-3: Zona de Protección Ambiental
- Usos de Suelo**
- U-1: Zona Urbana 1
- U-2: Zona Urbana de Expansión Continua 2
- U-3: Zona Urbana de Conservación Ambiental
- U-4: Zona Rural de Conservación Agrícola
- Infraestructura**
- Vías Principales
- Vías Secundarias
- Estación Principal de Transporte
- Estación Secundaria de Transporte
- Usos de Suelo**
- Usos Urbanos
- Usos Rurales
- Usos Industriales
- Usos Recreativos
- Infraestructura**
- Vías Principales
- Vías Secundarias
- Estación Principal de Transporte
- Estación Secundaria de Transporte

Fecha: Mayo 2016
 Autor: SRT, Digitaliza, Datos, Fuente Casapala, (Cartografía DG USGA, USGS, AEC, Geopos, Amapa, IGN, IGP, swisstopo, JTSK, etc. User Generated)

Escala: 1:50,000
 Fuente: SRT, Digitaliza, Datos, Fuente Casapala, (Cartografía DG USGA, USGS, AEC, Geopos, Amapa, IGN, IGP, swisstopo, JTSK, etc. User Generated)

Logo of Funpar and other institutions.

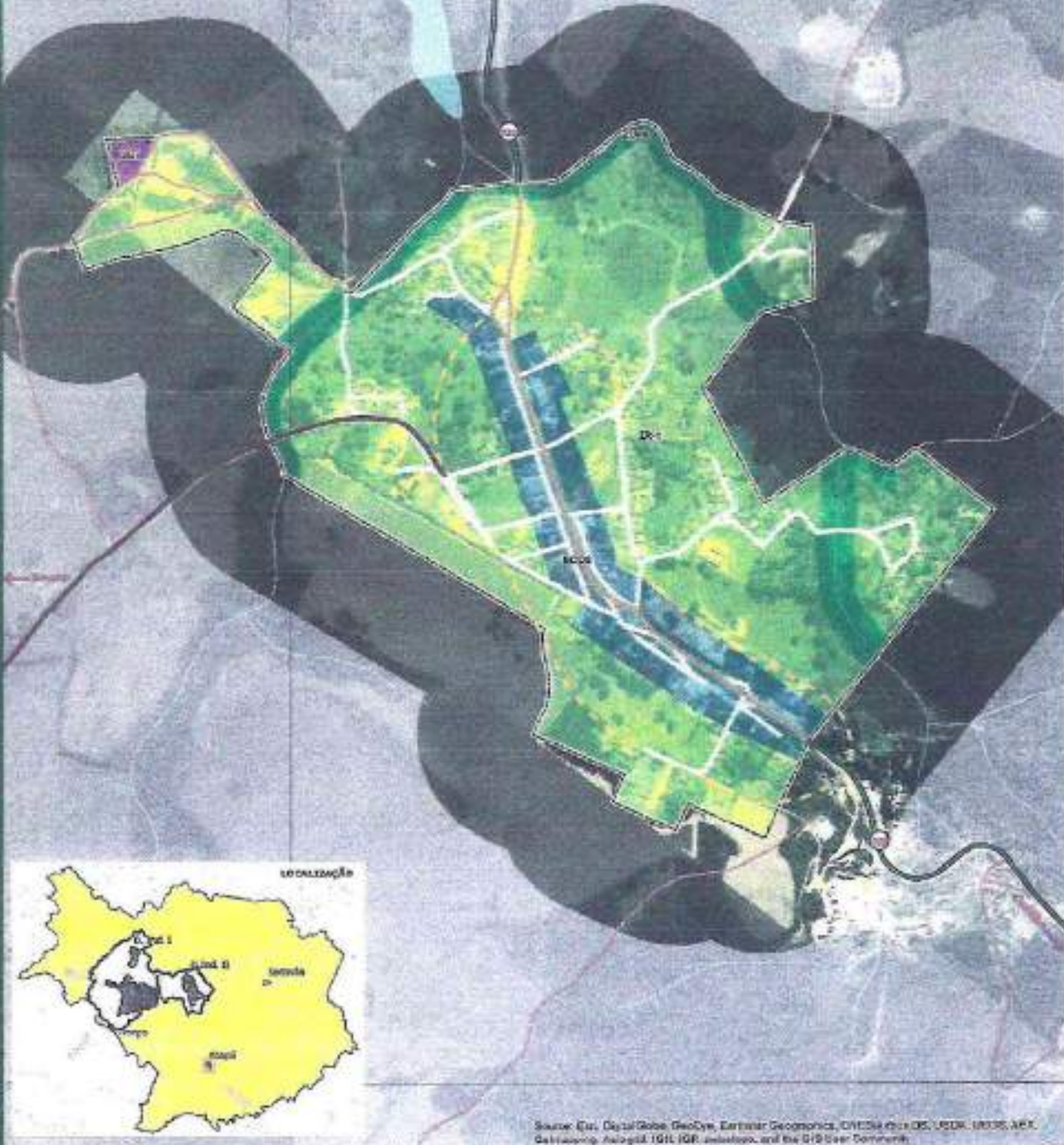


Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO V

MAPA DE ZONEAMENTO DA SEDE DE ABAPÃ



Source: Esri, DigitalGlobe, GeoEye, Earthstar Geographics, CNES/Airbus DS, USDA, AeroGRID, IGN, SIA, Swire, and the GIS User Community

LEGENDA

- Zonamento**
- ZI-1: Zona Residencial I
 - ZPA: Zona Urbana de Proteção Ambiental
 - DI-1: Zona Urbana de Indústria
 - ECR: Zon. de Comércio e Serviços
 - Perímetro Abast.

- Hierarquia Viária**
- Vias Regionais
 - Estrada Principal ou Troncal
 - Via Coletiva
 - Via Local planejada
 - Sistema Viário
 - Vias Urbanas
 - Estradas Rurais

- Estadística**
- altimetria
- Fuente: Prefeitura Municipal de Cuiabá, 2015; Projeto, 2016.

ESCALA DO MAPA 1:17.800

COORDENADAS UTM ZONA 18Q
NAD 83 - UTM
18Q UTM 17800 230

**ANEXO V
MAPA DE ZONAMENTO DA
SEDE DO DISTRITO DO ARAPÁ**





Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO VI

MAPA DE ZONEAMENTO DA SEDE DE SOCAVÃO

- LEGENDA**
- Zona de Proteção Ambiental**
- 01 - Zona de Proteção Ambiental I
 - 02 - Zona de Proteção Ambiental II
 - 03 - Zona de Proteção Ambiental III
 - 04 - Zona de Proteção Ambiental IV
 - 05 - Zona de Proteção Ambiental V
- Infraestrutura Urbana**
- 06 - Via Expansiva
 - 07 - Via Local
 - 08 - Via de Acesso
 - 09 - Via de Serviço
 - 10 - Via de Acesso
 - 11 - Via de Serviço
 - 12 - Via de Acesso
 - 13 - Via de Serviço
 - 14 - Via de Acesso
 - 15 - Via de Serviço
- Infraestrutura Rural**
- 16 - Via de Acesso
 - 17 - Via de Serviço
 - 18 - Via de Acesso
 - 19 - Via de Serviço
 - 20 - Via de Acesso
 - 21 - Via de Serviço
 - 22 - Via de Acesso
 - 23 - Via de Serviço
 - 24 - Via de Acesso
 - 25 - Via de Serviço
- Infraestrutura de Transporte**
- 26 - Rodovia
 - 27 - Estrada
 - 28 - Caminho
 - 29 - Caminho
 - 30 - Caminho
 - 31 - Caminho
 - 32 - Caminho
 - 33 - Caminho
 - 34 - Caminho
 - 35 - Caminho
- Infraestrutura de Saneamento**
- 36 - Rede de Saneamento
 - 37 - Rede de Saneamento
 - 38 - Rede de Saneamento
 - 39 - Rede de Saneamento
 - 40 - Rede de Saneamento
 - 41 - Rede de Saneamento
 - 42 - Rede de Saneamento
 - 43 - Rede de Saneamento
 - 44 - Rede de Saneamento
 - 45 - Rede de Saneamento
- Infraestrutura de Energia**
- 46 - Rede de Energia
 - 47 - Rede de Energia
 - 48 - Rede de Energia
 - 49 - Rede de Energia
 - 50 - Rede de Energia
 - 51 - Rede de Energia
 - 52 - Rede de Energia
 - 53 - Rede de Energia
 - 54 - Rede de Energia
 - 55 - Rede de Energia
- Infraestrutura de Comunicação**
- 56 - Rede de Comunicação
 - 57 - Rede de Comunicação
 - 58 - Rede de Comunicação
 - 59 - Rede de Comunicação
 - 60 - Rede de Comunicação
 - 61 - Rede de Comunicação
 - 62 - Rede de Comunicação
 - 63 - Rede de Comunicação
 - 64 - Rede de Comunicação
 - 65 - Rede de Comunicação
- Infraestrutura de Outros Serviços**
- 66 - Rede de Outros Serviços
 - 67 - Rede de Outros Serviços
 - 68 - Rede de Outros Serviços
 - 69 - Rede de Outros Serviços
 - 70 - Rede de Outros Serviços
 - 71 - Rede de Outros Serviços
 - 72 - Rede de Outros Serviços
 - 73 - Rede de Outros Serviços
 - 74 - Rede de Outros Serviços
 - 75 - Rede de Outros Serviços
- Infraestrutura de Outros Serviços**
- 76 - Rede de Outros Serviços
 - 77 - Rede de Outros Serviços
 - 78 - Rede de Outros Serviços
 - 79 - Rede de Outros Serviços
 - 80 - Rede de Outros Serviços
 - 81 - Rede de Outros Serviços
 - 82 - Rede de Outros Serviços
 - 83 - Rede de Outros Serviços
 - 84 - Rede de Outros Serviços
 - 85 - Rede de Outros Serviços



Secretaria Municipal de Castro, 2015
 CASTRO, PARANÁ, 2015.
 ESCALA: 1:10.000
 PRODUÇÃO: INSTITUTO GEOGRÁFICO
 DA SEDE DO SIBIC/PAUC
 ARQUIVADA



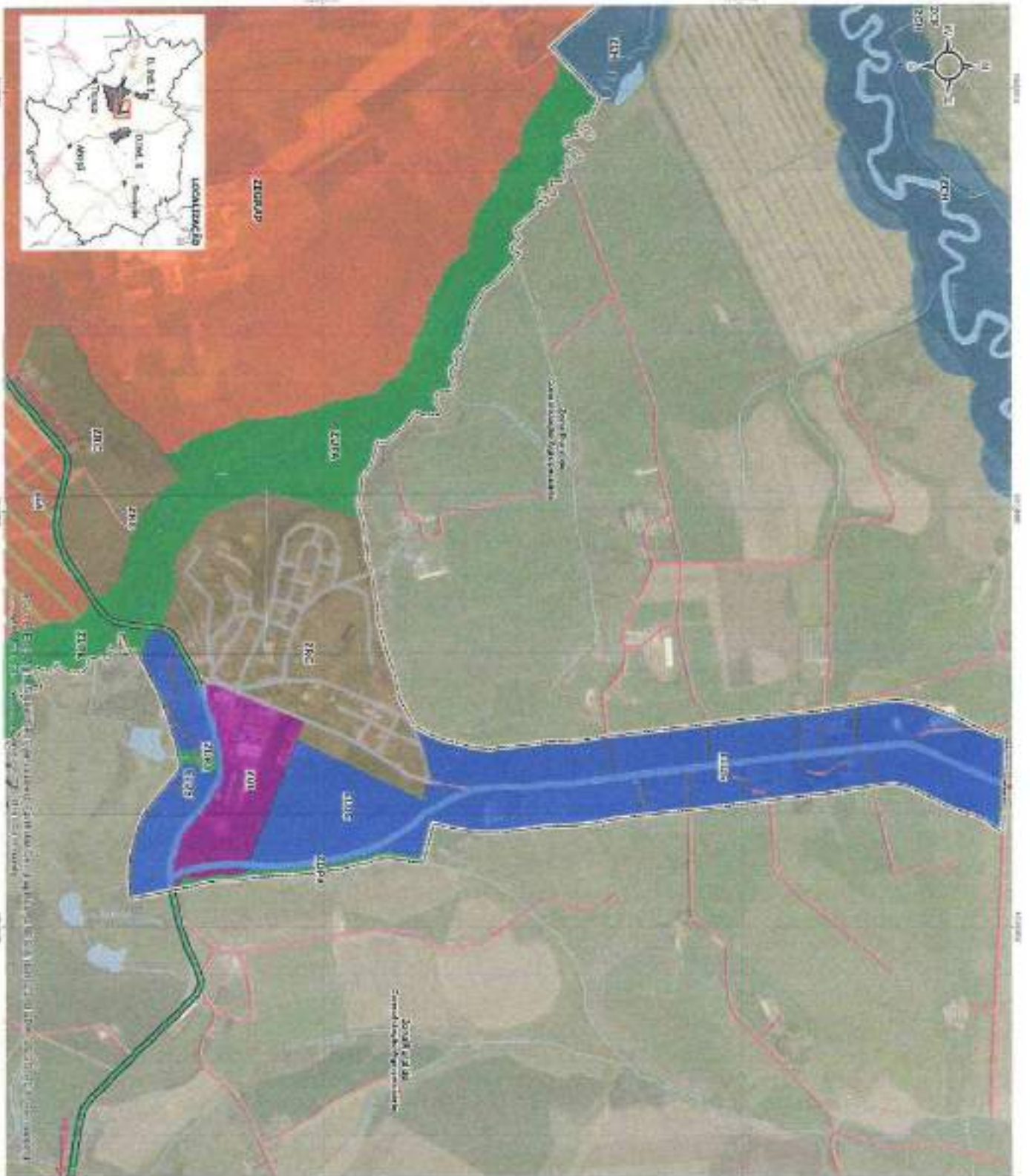


Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO VII

MAPA DE ZONEAMENTO DA SEDE DE CASTROLANDA



LEYENDA

Zonificación

- ZR1: Zona Reservada de Recursos Acuáticos
- ZR2: Zona Reservada de Bosques
- ZR3: Zona Reservada de Recursos Acuáticos (de carácter rural)
- ZR4: Zona Reservada de Recursos Acuáticos
- ZR5: Zona Reservada de Recursos Acuáticos
- ZR6: Zona Reservada de Recursos Acuáticos
- ZR7: Zona Reservada de Recursos Acuáticos
- ZR8: Zona Reservada de Recursos Acuáticos

Demarcación Urbana

- Zona Urbana
- Zona Urbana
- Zona Urbana

Sistema Vial

- Vía principal
- Vía secundaria
- Vía terciaria

Limites e Infraestructura

- Límite Municipal
- Límite Comunal

Infraestructura

- Límite
- Límite

Fecha: Plano Director Municipal de Castro, 2005.
 PDC, 2015; LDU, 2015; PMA, 2015; PMA, 2015; PMA, 2015.
 Fuente: 2015.

ESCALA DEL PLANO: 1:50.000

PROYECTO LEY / LEY NÚMERO 21.274
 DE 2015 (Ley 21.274)

MAPIA DE ZONIFICACIÓN DE LA SEDE
 COMUNAL DE CASTRO



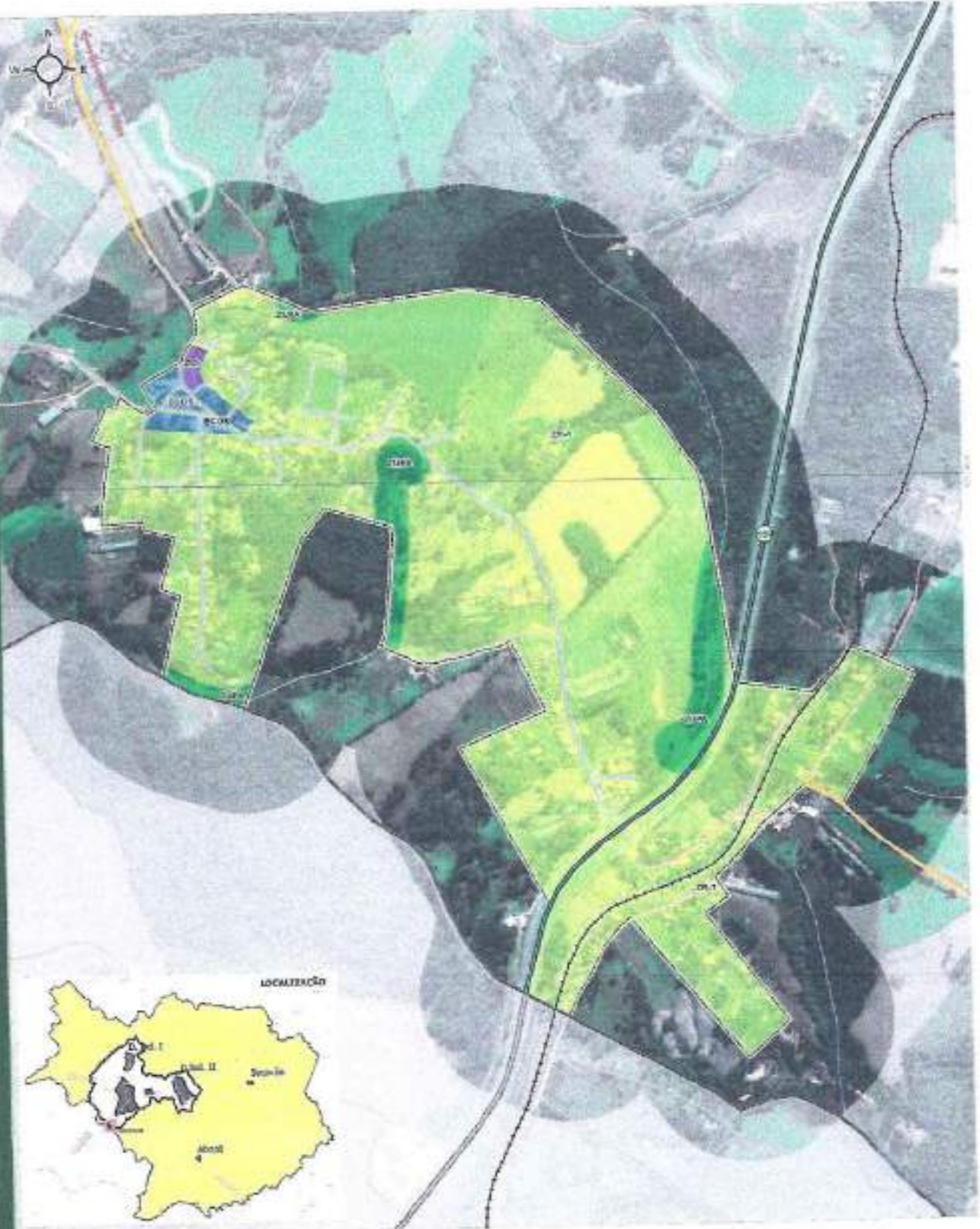


Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO VIII

MAPA DE ZONEAMENTO DA SEDE DO TRONCO



<p>LEGENDA</p> <p>Zonas Urbanas</p> <ul style="list-style-type: none"> ZUB - Zona Urbana de Baixa Densidade ZUA - Zona Urbana de Alta Densidade ZUF - Zona Urbana de Função Ambiental ZRS - Zona de Reserva e Serviços 	<p>Infraestrutura Viária</p> <ul style="list-style-type: none"> Rua, Alameda Cidade Principal ou Terminal Cidade Secundária ou de Ligação <p>Sistema Viário</p> <ul style="list-style-type: none"> Tram-velocidade Estação-Rua Rodovia Estadual Ferrovias 	<p>Limites e Delimitações</p> <ul style="list-style-type: none"> Polígono Triangular Limite municipal <p>Município</p> <p>Itirapetina</p> <p>Ponto: Prefeitura Municipal de Castelo, 1910, Marechal, 3316.</p>	<p>ESCALA DA MAPA 1:17.000</p> <p>PROTEÇÃO URBANA E DESENVOLVIMENTO Nº 033/10/2008/328</p> <p>ANO 1911</p> <p>MAPA DE ZONAMENTO DA SEDE DA COMUNIDADE DE TROMCO</p> <p>funpar</p> <p>FDM</p>
--	--	--	--



Prefeitura Municipal de Castro

ANEXO IX

PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Os parâmetros de ocupação do solo das áreas urbanas de Castro estão estabelecidos na planilha abaixo, com exceções e especificidades listadas a seguir:

ANEXO IX - PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO - ZONEAMENTO DA SEDE URBANA E DISTRITOS URBANOS

ZONAS, SETORES E EIXOS	Lote mínimo (m ²) (1)	Testada mínima (m) (2)	Coeficiente de Aproveitamento		Número de pavimentos (3)	Recuos laterais e de fundos (4)(5)(6)		Recuo frontal (m)	Taxa de ocupação (%)	Taxa de permeabilidade (%) (7)
			Básico	Máximo		Lateral	Fundos			
ZUM 1: Zona de Uso Misto 1 (PR-340)	2.500	50	2,0	2,0	2	3	1,5	10	50	30
ZUM 2: Zona de Uso Misto 2	250	10	2,5	4	6(8)	1,5	1,5	0	80	10
ZUM 3: Zona de Uso Misto 3	250	10	3,0	7	12	1,5	1,5	4	60(9)	30(9)
ZR 1: Zona Residencial 1	200	10	2,0	2,0	4*	1,5	1,5	3	70	20
ZR 2: Zona Residencial 2	300	10	4,0	8	Livre	lv8 (mínimo de 1,5)		4	60(9)	40(9)
ZR 3: Zona Residencial 3	250	10	3,0	5	12	1,5	1,5	4	60(9)	30(9)
ZRC: Zona Residencial Controlada	500	15	2,0	3	2	2	2	5	50	40
ZERA: Zona Especial de Recuperação Ambiental	200	10	2,0	2,0	3	1,5	1,5	4	60	30
ZEIS: Zona Especial de Interesse Social	160	8	2,0	3	3	1,5	1,5	3	70	20
ZEU 1: Zona de Expansão Urbana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ZEU 2: Zona de Expansão Urbana (Nova Castro)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ZUPA: Zona Urbana de Proteção Ambiental	2.500	40	0,4	0,4	2	2,5	2,5	10	20	70
ZPA: Zona de Proteção Ambiental	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ZUI: Zona Urbana de Impacto	300	12	3,0	2,0	4	1,5	1,5	4	60(9)	30(9)
ZI 1: Zona Industrial 1	10.000	50	-	4	-	-	-	10	40	30

ANEXO IX - PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO - ZONEAMENTO DA SEDE URBANA E DISTRITOS URBANOS

ZONAS, SETORES E EIXOS	Lote mínimo (m ²) (1)	Testada mínima (m) (2)	Coeficiente de Aproveitamento		Número de pavimentos (3)	Recuos laterais e de fundos (m) (4)(5)(6)		Recuo frontal (m)	Taxa de ocupação (%)	Taxa de permeabilidade (%) (7)
			Básico	Máximo		Lateral	Fundos			
ZI 2: Zona Industrial 2	20.000	100	-	-	-	-	-	10	35	40
ZM: Zona Militar										
Parâmetros definidos pelo Exército Brasileiro.										
ZEGRAP: Zona de Equipamentos de Grande Porte	10.000	40	2,0	2,0	2	2	2	10	40	40
SEPAHC: Setor do Patrimônio Histórico Cultural	Parâmetros e usos permitidos de acordo com a zona a qual se sobrepõe, observadas as diretrizes do Título III da presente lei.									
SEA: Setor Especial Aeroportuário	Parâmetros permitidos de acordo com a zona a qual se sobrepõe, observando-se que qualquer tipologia de construção ou aproveitamento do uso do solo que estiver dentro dos limites deste setor deverá ser submetida à autorização prévia do Comando Militar do Ar (COMAR), do IAC e da Prefeitura Municipal de Castro.									
SSI: Setor de Serviços Integrados (10)	Parâmetros e usos permitidos de acordo com a zona a qual se sobrepõe, salvo quando definido em Projeto Urbanístico específico.									
SOC 1: Setor Industrial de Ocupação Controlada 1	Parâmetros e usos permitidos de acordo com a zona a qual se sobrepõe, salvo casos definidos e sob responsabilidade do órgão gestor do Parque Estadual do Caxambu.									
SOC 2: Setor Industrial de Ocupação Controlada 2	Parâmetros e usos permitidos de acordo com a zona a qual se sobrepõe, desde que não ofereçam riscos à qualidade hídrica da bacia de manancial do Rio Iapó.									

ANEXO IX - PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO - ZONEAMENTO DA SEDE URBANA E DISTRITOS URBANOS

ZONAS, SETORES E EIXOS	Lote mínimo (m ²) ⁽¹¹⁾	Testada mínima (m) ⁽¹²⁾	Coeficiente de Aproveitamento		Número de pavimentos	Recuos laterais e de fundos (m) ⁽¹³⁾		Recuo frontal (m)	Taxa de ocupação (%)	Taxa de permeabilidade (%)
			Básico	Máximo		Lateral	Fundos			
EMULT: Eixo de Uso Múltiplo	250	10	2,0	4	8	1,5	1,5	0 ⁽¹³⁾	50 ⁽¹²⁾	30
ELOS: Eixo de Logística e Serviços	10.000	50	2,0	2,5	4	2	2	25	50	30
ECOS: Eixo de Comércio e Serviços ⁽¹³⁾	250	10	2,0	-	4	1,5	1,5	0	70	20
ZCP: Zona de Conservação da Paisagem	20.000	50	-	-	2	-	-	10	10	70
ZPM: Zona de Preservação do Manancial do São Cristóvão	Usos permitidos/permissíveis e/ou proibidos conforme Plano de Manejo ⁽¹⁴⁾ .									
ZCH: Zona de Conservação Hídrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ZEIL: Zona Especial de Integração Logística ⁽¹⁵⁾	Parâmetros a serem determinados por Plano Diretor de Ocupação próprio.									
Zona Rural de Consolidação Agropecuária	20.000	50	-	-	-	-	-	10	10	70

4* - Permitida a construção de até 04 (quatro) pavimentos, condicionando o último pavimento ao pagamento da outorga onerosa.

ANEXO IX - TIPOLOGIAS DE USOS: ZONEAMENTO DA SEDE URBANA E DISTRITOS DO VALE DO RIBEIRA			
ZONAS, SETORES E EIXOS	PERMITIDOS	PERMISSÍVEIS ⁽¹⁾	PROIBIDOS
ZUM 1: Zona de Uso Misto 1 (PR-340)	Residencial Transitório Comércio e Serviço Específico Comércio e Serviço Setorial Comunitário 2 Indústria de Baixo Impacto Residencial Unifamiliar ⁽³⁾	Condomínio Residencial ⁽²⁾ Comércio e Serviço de bairro Comércio e Serviço Geral	Residencial Multifamiliar Residencial Institucional Comércio e Serviço Vicinal Comunitário 1 Indústria de Impacto
ZUM 2: Zona de Uso Misto 2	Residencial Unifamiliar Residencial Multifamiliar Residencial Institucional Residencial Transitório Comunitário 1 Comércio e Serviço Vicinal e de bairro	Comunitário 2 Comércio e Serviço Específico Comércio e Serviço Setorial Comércio e Serviço Geral	Condomínio Residencial Indústria de baixo Impacto Indústria de Impacto
ZUM 3: Zona de Uso Misto 3	Residencial Unifamiliar Residencial Multifamiliar Residencial Institucional Residencial Transitório Comunitário 1 Comunitário 2 Comércio e Serviço Vicinal e de bairro Comércio e Serviço Geral	Comércio e Serviço Específico Comércio e Serviço Setorial	Condomínio Residencial Indústria de baixo Impacto Indústria de Impacto

(1) Os usos permissíveis deverão passar por análise e aprovação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, ouvidas as demais secretarias envolvidas no caso de permissão.

(2) Proibido a instalação de Condomínios Residenciais com acesso pela Rodovia PR-340.

(3) Deverá ser assinado termo do proprietário ciente e concordar com as incomodidades em estar em uma zona de uso misto.

ANEXO IX - TIPOLOGIAS DE USOS: ZONEAMENTO DA SEDE URBANA E DISTRITOS DO VALE DO RIBEIRA.

ZONAS, SETORES E EIXOS	PERMITIDOS	PERMISSÍVEIS (1)	PROIBIDOS
ZR 1: Zona Residencial 1	Residencial Unifamiliar Residencial Institucional Residencial Transitório Comunitário 1 Comércio e Serviço Vicinal e de bairro	Residencial Multifamiliar Condomínio Residencial Comunitário 2 Comércio e Serviço Específico Comércio e Serviço Setorial Comércio e Serviço Geral	Indústria de baixo Impacto Indústria de Impacto
ZR 2: Zona Residencial 2	Residencial Unifamiliar Residencial Institucional Residencial Transitório Comunitário 1 Comércio e Serviço Vicinal e de bairro	Residencial Multifamiliar Condomínio Residencial Comunitário 2 Comércio e Serviço Específico Comércio e Serviço Setorial Comércio e Serviço Geral	Indústria de baixo Impacto Indústria de Impacto
ZR 3: Zona Residencial 3	Residencial Unifamiliar Residencial Institucional Residencial Transitório Comunitário 1 Comércio e Serviço Vicinal e de bairro	Residencial Multifamiliar Condomínio Residencial Comunitário 2 Comércio e Serviço Específico Comércio e Serviço Setorial Comércio e Serviço Geral	Indústria de baixo Impacto Indústria de Impacto
ZRC: Zona Residencial da Castrolanda	Residencial Unifamiliar Residencial Transitório Comunitário 1 Comércio e Serviço Vicinal e de bairro	Residencial Multifamiliar Comunitário 2 Comércio e Serviço Específico Comércio e Serviço Setorial Comércio e Serviço Geral	Indústria de baixo Impacto Indústria de Impacto Condomínio Residencial Residencial Institucional

ANEXO IX - TIPOLOGIAS DE USOS: ZONEAMENTO DA SEDE URBANA E DISTRITOS DO VALE DO RIBEIRA			
ZONAS, SETORES E EIXOS	PERMITIDOS	PERMISSÍVEIS	PROIBIDOS
ZERA: Zona Especial de Recuperação Ambiental	Residencial Unifamiliar Residencial Institucional Comércio e Serviço Vicinal e de bairro	Residencial Transitório Comunitário 1 Comunitário 2	Residencial Multifamiliar Condomínio Residencial Comércio e Serviço Específico Comércio e Serviço Setorial Comércio e Serviço Geral Indústria de baixo Impacto Indústria de Impacto
ZEIS: Zona Especial de Interesse Social	Residencial Unifamiliar Residencial Institucional Comércio e Serviço Vicinal e de bairro	Residencial Multifamiliar Residencial Transitório Condomínio Residencial Comunitário 1 Comunitário 2	Comércio e Serviço Específico Comércio e Serviço Setorial Comércio e Serviço Geral Indústria de baixo Impacto Indústria de Impacto
ZEU 1: Zona de Expansão Urbana 1	Permanece uso rural enquanto não houver desmembramento para fim urbano. Após desmembramento, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano define a zona a qual a área desmembrada pertencerá.		
ZEU 2: Zona de Expansão Urbana 2 (Nova Castro)	Permanece uso rural enquanto não houver desmembramento para fim urbano. Após desmembramento, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano define a zona a qual a área desmembrada pertencerá.		
ZUPA: Zona Urbana de Proteção Ambiental	Atividades de baixo impacto ambiental Atividades turísticas Residencial Transitório Residencial Unifamiliar Atividades Esportes, Lazer, Recreação <ul style="list-style-type: none"> Compatíveis com as áreas ambientalmente frágeis 	Comunitário 1 Comunitário 2 Comércio e Serviço Geral <ul style="list-style-type: none"> Compatíveis com as áreas ambientalmente frágeis 	Demais Usos
ZPA: Zona de Proteção Ambiental	Recomposição florística com espécies nativas Recuperação de áreas degradadas Indústrias de baixo impacto Comércio e Serviço Específico Comércio e Serviço Setorial Comércio e Serviço Geral	Pesquisa Científica Atividades ligadas à educação ambiental	Demais Usos
ZUI: Zona Urbana de Impacto		Loteamento Condomínio Residencial Residencial Unifamiliar	Demais usos

ANEXO IX - TIPOLOGIAS DE USOS: ZONEAMENTO DA SEDE URBANA E DISTRITOS DO VALE DO RIBEIRA			
ZONAS, SETORES E EIXOS	PERMITIDOS	PERMISSÍVEIS	PROIBIDOS
ZI 1: Zona Industrial 1	Indústria de impacto	Comércio e Serviço Específico	Demais Usos
ZI 2: Zona Industrial 2	Indústria de impacto	Comércio e Serviço Específico	Demais Usos
ZM: Zona Militar	Parâmetros definidos pelo Exército Brasileiro		
ZEGRAP: Zona de Equipamentos de Grande Porte	Comércio e Serviço Geral Comércio e Serviço Específico	Comunitário 2 Residencial Transitório	Demais Usos
SEPAHC: Setor do Patrimônio Histórico Cultural	Parâmetros e usos permitidos de acordo com a zona a qual se sobrepõe, observadas as diretrizes do Título III da presente lei, bem como da legislação específica sobre o tema.		
SEA: Setor Especial Aeroportuário	Parâmetros e usos permitidos de acordo com a zona a qual se sobrepõe, observando-se que qualquer tipologia de construção ou aproveitamento do uso do solo que estiver dentro dos limites deste setor deverá ser submetida à autorização prévia do Comando Militar do Ar (COMAR), do IAC e da Prefeitura Municipal de Castro.		
SSI: Setor de Serviços Integrados	Parâmetros e usos permitidos de acordo com a zona a qual se sobrepõe, salvo quando definido em Projeto Urbanístico específico.		
SOC 1: Setor Industrial de Ocupação Controlada 1	Parâmetros e usos permitidos de acordo com a zona a qual se sobrepõe, salvo casos definidos e sob responsabilidade do órgão gestor do Parque Estadual do Caxambu.		
SOC 2: Setor Industrial de Ocupação Controlada 2	Parâmetros e usos permitidos de acordo com a zona a qual se sobrepõe, desde que não ofereçam riscos à qualidade hídrica da bacia de manancial do Rio Iapó.		
EMULT: Eixo de Uso Múltiplo	Residencial Multifamiliar Residencial Transitório Comércio e Serviço vicinal e de bairro Comércio e Serviço Geral	Residencial Unifamiliar Residencial Institucional Comunitário 1 Comunitário 2 Comércio e Serviço Setorial Comércio e Serviço Específico	Condomínio Residencial Indústria de baixo Impacto Indústria de Impacto
ELOS: Eixo de Logística e Serviços	Comércio e Serviço Específico Atividades Agropecuárias	Comércio e Serviço Setorial Comércio e Serviço Geral	Demais Usos

ANEXO IX - TIPOLOGIAS DE USOS: ZONEAMENTO DA SEDE URBANA E DISTRITOS DO VALE DO RIBEIRA

ZONAS, SETORES E EIXOS	PERMITIDOS	PERMISSÍVEIS	PROIBIDOS
<p>ECOS: Eixo de Comércio e Serviços</p>	<p>Residencial Multifamiliar Residencial Transitório Comunitário 1 Comunitário 2 Comércio e Serviço Vicinal e de bairro Comércio e Serviço Geral</p>	<p>Residencial Unifamiliar Residencial Institucional Comércio e Serviço Setorial Comércio e Serviço Específico.</p>	<p>Condomínio Residencial Indústria de baixo Impacto Indústria de Impacto</p>

ANEXO IX - TIPOLOGIAS DE USOS ZONAS RURAIS DO POLO MULTIFUNCIONAL DO VALE DO IAPÓ			
ZONAS, SETORES E EIXOS	PERMITIDOS	PERMISSÍVEIS	PROIBIDOS
ZCP: Zona de Conservação da Paisagem	<p>Residencial Unifamiliar</p> <p>Atividades de agropecuária e silvicultura, inclusive as que utilizam técnicas convencionais desde que:</p> <ul style="list-style-type: none"> * adotadas as medidas para controlar os contaminantes do ar, solo, água, tais como, fertilizantes, agrotóxicos antibióticos ou qualquer insumo agrícola nocivo ao meio ambiente; * o solo e os mananciais de água devem ser preservados; * não promova queimadas e/ou retirada excessiva da camada superficial do solo; * utilize de práticas de controle de erosão do solo. 	Residencial Transitório Ocupação ou outra forma de utilização sustentável das várzeas, das áreas úmidas, das superfícies terrestres inundadas naturalmente, de acordo com os critérios definidos pelo IAP.	Supressão de vegetação em estágio médio e/ou avançado Planto de espécies exóticas nas Áreas de Preservação Permanente Indústrias, loteamentos e condomínios residenciais e outras atividades de indução à urbanização
ZPM: Zona de Preservação do Manancial do São Cristóvão	Usos permitidos/permissíveis e/ou proibidos conforme Plano de Manejo.*		

ANEXO IX - TIPOLOGIAS DE USOS ZONAS RURAIS DO POLO MULTIFUNCIONAL DO VALE DO IAPÓ			
ZONAS, SETORES E EIXOS	PERMITIDOS	PERMISSÍVEIS	PROIBIDOS
ZCH: Zona de Conservação Hídrica	<p>Recomposição florística com espécies nativas</p> <p>Fruticultura, Apicultura e Piscicultura</p> <p>Recuperação das áreas degradadas</p> <p>Manejo sustentável de plantas silvestres</p> <p>Cultivo de mudas nativas</p> <p>Manejo dos recursos pesqueiros</p> <p>Condução da regeneração natural</p>		<p>Habitação</p> <p>Supressão de vegetação em estágio inicial médio e/ou avançado</p> <p>Ocupação ou outra forma de utilização das várzeas, das áreas úmidas, das superfícies terrestres inundadas naturalmente</p> <p>Plantio de espécies exóticas nas Áreas de Preservação Permanente Indústria</p> <p>Uso Comunitário 1 e 2</p> <p>Demais usos</p>
ZEL: Zona Especial de Integração Logística ²	Usos permitidos/permisíveis e/ou proibidos conforme Plano Diretor de Ocupação próprio.		
Zona Rural de Consolidação Agropecuária	Atividades agropecuárias e extrativistas		Loteamentos e condomínios residenciais e outras atividades de indução à urbanização.

- (1) No caso de residências em série paralelas ao alinhamento predial área mínima do terreno de uso privativo da unidade de moradia não será inferior a 125 m² (cento e vinte e cinco metros quadrados).
- (2) No caso de residências em série paralelas ao alinhamento predial a testada da área do lote de uso exclusivo de cada unidade terá, no mínimo 5,50m (cinco metros e cinquenta centímetros);
- (3) O número de pavimentos é contabilizado a partir do pavimento térreo.
- (4) Nas edificações acima de 04 (quatro) pavimentos, deve-se observar a implantação do recuo progressivo seguindo a seguinte fórmula: $R=1,50 + [0,30 \times (n-4)]$, sendo R: recuos laterais e de fundos e n: número de pavimentos, independente da existência de aberturas laterais ou de fundos nas paredes.
- (5) Quando as laterais das edificações não contiverem janelas as mesmas poderão ser edificadas na divisa, respeitando o limite máximo de 2 (dois) pavimentos. A partir do terceiro pavimento, deverão ser observados os recuos definidos para a zona, independentemente das aberturas.(6) Em lotes de esquina já existentes e/ou desmembrados até a data da aprovação desta lei, uma das testadas observará o recuo previsto na Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo, e a outra, o recuo mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros). Para os novos loteamentos ou desmembramentos em lotes de esquina deverá ser seguido o mesmo recuo para as duas testadas conforme previsto na Lei Municipal de uso e ocupação do solo.
- (7) No caso dos imóveis localizados totalmente ou parcialmente em áreas abaixo da cota de inundação 977 metros, a taxa de permeabilidade mínima será de 30%, sem prejuízo da taxa indicada para cada zona no quadro de parâmetros de uso e ocupação do solo.
- (8) No caso de reformas e novas construções no Setor de Patrimônio Histórico Cultural, a volumetria das edificações deverá obedecer as diretrizes da legislação de patrimônio cultural.
- (9) Permitido o aumento em 10% da taxa de ocupação e diminuição em 10% da taxa de permeabilidade mediante medidas de aproveitamento da água pluvial, conforme estabelecido no Código de Obras Municipal.
- (10) Os setores de serviços integrados deverão ser definidos pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano tomando como base a localização dos Centros de Serviços Integrados nos Distritos de Abapã e Socavão.
- (11) O recuo frontal mínimo deverá tomar por base o perfil viário proposto para o Eixo de Uso Múltiplo, conforme o Plano de Mobilidade.
- (12) Permitida Taxa de ocupação de 100% no pavimento térreo e segundo pavimento.
- (13) As vias classificadas como Vias Locais Comerciais poderão adotar os parâmetros urbanísticos do Eixo de Comércio e Serviços.
- (14) Independentemente das exigências de licenciamento ambiental preconizadas pela legislação estadual e federal, as atividades com potencial poluidor hídrico deverão ser licenciadas pela entidade administradora da APA.
- (15) Ocupação permitida após a construção dos acessos rodoviários e ferroviários previstos pelo PEOT.
- (16) Nas testadas de quadras onde 70% (setenta por cento) das construções encontram-se no alinhamento predial, os imóveis que vierem a ser construídos poderão acompanhar esse alinhamento. Aplica-se o presente item somente às construções unifamiliares de pavimento único, desde que não estejam localizadas em lotes de esquina.

ANEXO X
LISTA DE TIPOLOGIA DE USOS

LISTA DE TIPOLOGIAS DE USO	
USO	DEFINIÇÃO
SIGLA	CLASSIFICAÇÃO
EXEMPLOS	EXEMPLOS
	<p>RESIDENCIAL UNIFAMILIAR</p> <p>Edificação destinada exclusivamente ao uso residencial isolada.</p>
	<p>RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR</p> <p>Edificação usada para moradia em unidades residenciais autônomas geminadas, agrupadas horizontalmente em série (paralelas ou transversais ao alinhamento predial), ou agrupadas verticalmente, com áreas de uso coletivo. Proibida a construção de residências geminadas em série paralelas ao alinhamento predial nas vias perimetrais e coletoras.</p>
RESIDENCIAL	<p>RESIDENCIAL INSTITUCIONAL</p> <p>Edificação destinada ao uso residencial vinculado à assistência social.</p> <p>RESIDENCIAL TRANSITÓRIO</p> <p>Edificação destinada à permanência temporária de pessoas.</p>
	<p>CONDOMÍNIO RESIDENCIAL</p> <p>Definição e parâmetros conforme Lei de Parcelamento.</p>
	<p>COMERCIAL E SERVIÇO ESPECÍFICO</p> <p>Atividades peculiares, vinculadas ao setor industrial, de logística ou automotivo, cuja adequação à vizinhança e ao sistema viário dependa de análise especial, podendo ser exigido estudo específico durante o processo de análise pelo órgão municipal competente, como um Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).</p>
COMERCIAL E SERVIÇO	<p>COMERCIAL E SERVIÇO SETORIAL</p> <p>Atividades comerciais varejistas, atacadistas e de prestação de serviços de grande porte (área construída superior a 5.000m²), destinadas ao atendimento de maior abrangência, podendo ser exigido estudo específico durante o processo de análise pelo órgão municipal competente, como um Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).</p>
	<p>COMERCIAL E SERVIÇO GERAL</p> <p>Atividades comerciais varejistas e atacadistas ou de prestação de serviços destinados a atender à população em geral, que, por seu porte ou natureza, exijam confinamento em área própria.</p>

LISTA DE TIPOLOGIAS DE USO				
USO	SIGLA	CLASSIFICAÇÃO	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS
COMERCIAL E DE SERVIÇOS	CB	COMERCIAL E SERVIÇO VICINAL E DE BAIRRO	Atividades comerciais e de prestação de serviços de pequeno porte, até 200 m ² , destinadas ao atendimento de determinado bairro ou zona. Acima de 200 m ² deverá apresentar EIV e ser aprovado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.	Escritórios e oficinas de profissionais autônomos, salões de beleza, lan-houses, panificadoras, lanchonetes, sapatarias, quitandas, revistarias, farmácias, bares, lavanderias, estabelecimentos de ensino de cursos livres, consultórios, laboratórios e clínicas, agências de serviços postais, casas lotéricas, imobiliárias, cartórios, açougues, restaurantes, sorveterias, livrarias, serviços de impressão e gráficos, sedes de entidades religiosas, oficinas mecânicas e auto elétricas, vidraçarias, estofarias, tapeçarias.
COMUNITÁRIO	CM 1	COMUNITÁRIO 1	Edificação, equipamento, espaço ou instalação para atividades de atendimento direto, funcional ou especial ao uso residencial.	Ambulatórios, centros de assistência social, banheiros, creches e pré-escolas, bibliotecas, escolas especiais, praças, pronto socorros, escolas de ensino fundamental e médio, canchas de esportes, centros de recreação, associações comunitárias e hortas comunitárias.
COMUNITÁRIO	CM 2	COMUNITÁRIO 2	Edificação, equipamento, espaço ou instalação para atividades de grande porte que impliquem em concentração de pessoas ou veículos, níveis altos de ruídos, padrões viários especiais ou sujeitas a controles específicos.	Auditórios, autódromos, centros de exposições e convenções, casas de espetáculos, clubes recreativos, hipódromos, centros de equitação, circos, estádios, parques, piscinas de treinamento, templos religiosos, campus universitários, faculdades, teatros, boates, demais sedes de atividades culturais, esportivas e recreativas.
INDUSTRIAL (PEOT)	I	INDÚSTRIA DE IMPACTO	Atividades industriais que geram impactos de vizinhança significativos, como geração de tráfego, ruídos, vibração, emissão de gases, efluentes líquidos e resíduos sólidos. A permissão de instalação deste tipo de atividade não exige a empresa das exigências de tratamento de gases, efluentes líquidos e resíduos sólidos, bem como da necessidade de EIA/RIMA, preconizadas pela legislação ambiental.	
INDUSTRIAL (PEOT)	IB	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO	Atividades industriais compatíveis ao entorno (baixos níveis de produção de incômodos sensíveis às demais atividades urbanas), quanto à mobilidade (baixos níveis de fluxo intenso de pessoas e veículos), e quanto ao meio ambiente (processos submetidos a métodos adequados de controle e tratamento de efluentes e de produção de resíduos). A instalação das Indústrias de Baixo Impacto deve obedecer às exigências de realização de EIV, conforme legislação urbanística pertinente.	



ANEXO XI

MEDIDAS MITIGADORAS MÍNIMAS

- a) Os níveis de ruído emitidos pela atividade deverão atender ao disposto nas Normas Brasileiras (NBR), devendo ser executado o projeto de isolamento acústico do estabelecimento, de forma a atender a legislação que regula a poluição sonora;
- b) Os motores de refrigeração (câmara fria, freezer, ar condicionado, etc.), bem como outros dispositivos que produzam ruídos acima do permitido pela norma brasileira deverão ser providos de isolamento acústico;
- c) As operações mais ruidosas, deverão ser realizadas o mais distante possível das edificações e/ou lotes vizinhos e em local confinado, obedecidas as normas legais de construção, iluminação e ventilação do Município;
- d) Caso houver equipamentos que produzam choques ou vibrações, estes deverão ser assentados em bases próprias e adequadas, a fim de evitar incômodos à vizinhança;
- e) Caso houver operações de solda, estas deverão ser realizadas em local adequado, a fim de impedir que o luzimento provocado por tal atividade afete os setores vizinhos;
- f) As instalações de lavagem (inclusive as pulverizações) de veículos, deverão ser realizados em compartimento fechado;
- g) Os despejos de óleo, graxas e gorduras, deverão passar por sistema de tratamento, antes de serem lançados em rede pública;
- h) O processo de pintura por aspersão, deverá ser realizado em compartimento próprio, fechado, provido de sistema de ventilação local exaustora com filtro "cabine de pintura";
- i) Atividades que emitam odores fortes e/ou material particulado deverão mitigar seu impacto por meio de filtros e outras tecnologias usadas para essa finalidade;
- j) Os resíduos sólidos gerados pela atividade, deverão ter destino adequado, sendo vedado dispô-los a céu aberto ou incinerá-los;
- k) No caso de haver fornos à lenha, estes deverão ser providos de sistema de filtro



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

(nas chaminés);

- l) Atividades de impacto sonoro e/ou de manuseio de produtos químicos nocivos à saúde devem se localizar a uma distância mínima de 100m (cem metros) de equipamentos comunitários, hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, maternidades e demais estabelecimentos para atendimento da saúde implantados ou programados;
- m) Postos de combustível devem atender às exigências da legislação federal respectiva, das Resoluções do Contran e do Conselho Estadual de Trânsito, bem como, sinalização luminosa de entrada e saída conforme legislação pertinente;
- n) Nos casos de polos geradores de tráfego, o número de vagas de estacionamento poderá exceder ao determinado pelo código de obras municipal, no sentido de se adequar as especificidades da atividade;
- o) Nos casos de polos geradores de tráfego, poderão ser exigidos acessos específicos e obras viárias, tais como abertura de novas vias, passagens em nível separado, passarelas de pedestres, dentre outros, como forma de mitigar o impacto no trânsito da vizinhança;
- p) No caso de atividades geradoras de tráfego de carga, deverá ser previsto pátio de carga e descarga de caminhões e acessos específicos de veículos de carga, conforme orientações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

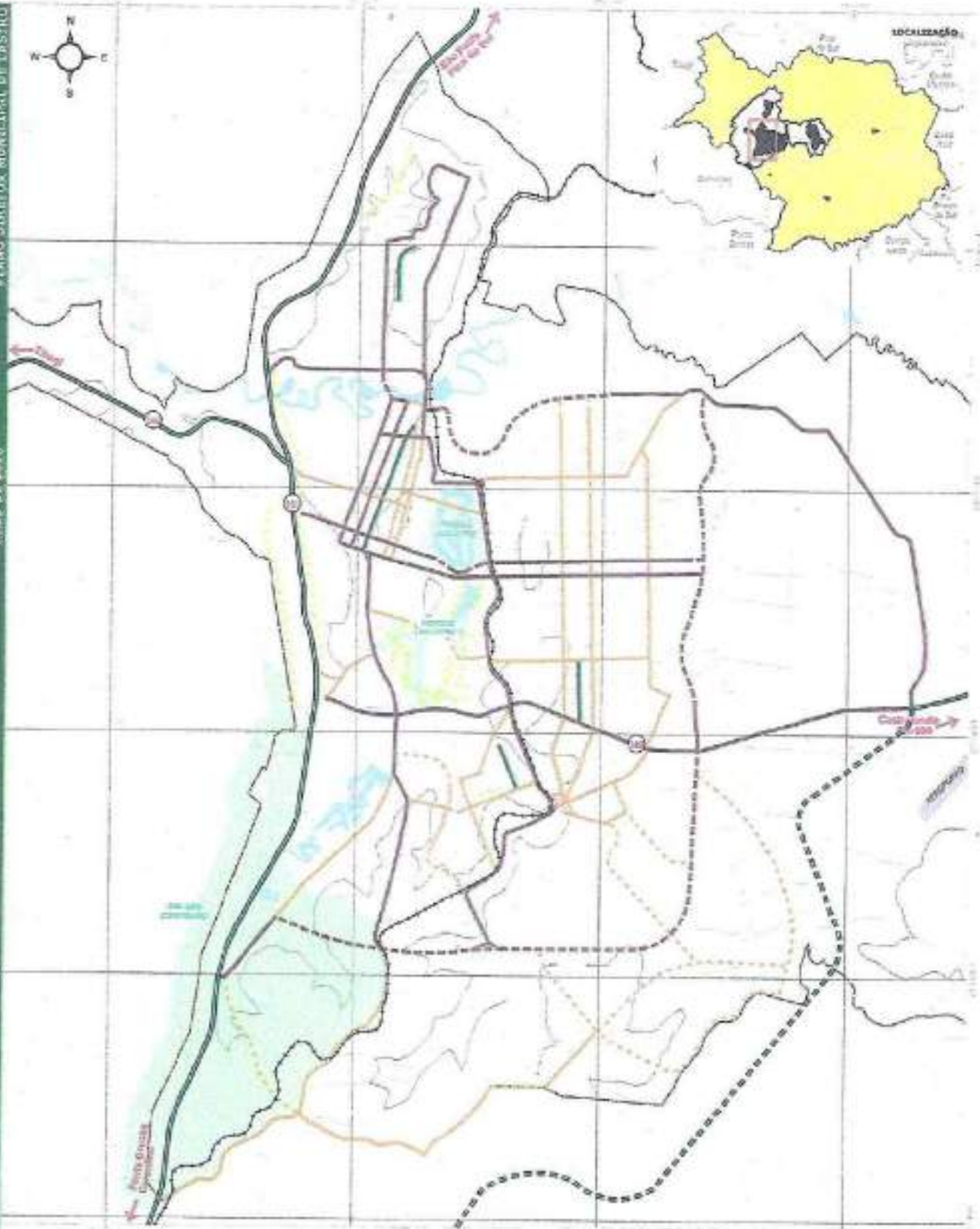


Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO XII

MAPA DO SISTEMA E DA HIERARQUIA VIÁRIA URBANA



- LEGENDA**
- Município Vila de Misere
 - Via Regional
 - Via Regional planejada
 - Via Arterial urbana
 - Via Arterial planejada
 - Via Coletora urbana
 - Via Coletora planejada
 - Via Local planejada
 - Via Comunal planejada

- Limites e Polígonos**
- Polígono urbano planejado
 - Símbolo de Conservação
- Hidrografia**
- Hidrografia

- Rodovias e Viário**
- Via Urbana
 - Limite Urbano
 - Rodovias

Fonte: PDM, 2008;
Prefeitura Municipal de
Casiro, 2010; Furtado, 2014

ESCALA DO MAPA 1:25.000,000

PROJEÇÃO UTM / ZONA 20S
MERCATOR 5119 47600 230

ANEXO XII

MAPA DO SISTEMA VIÁRIO URBANO





Prefeitura Municipal de Castro

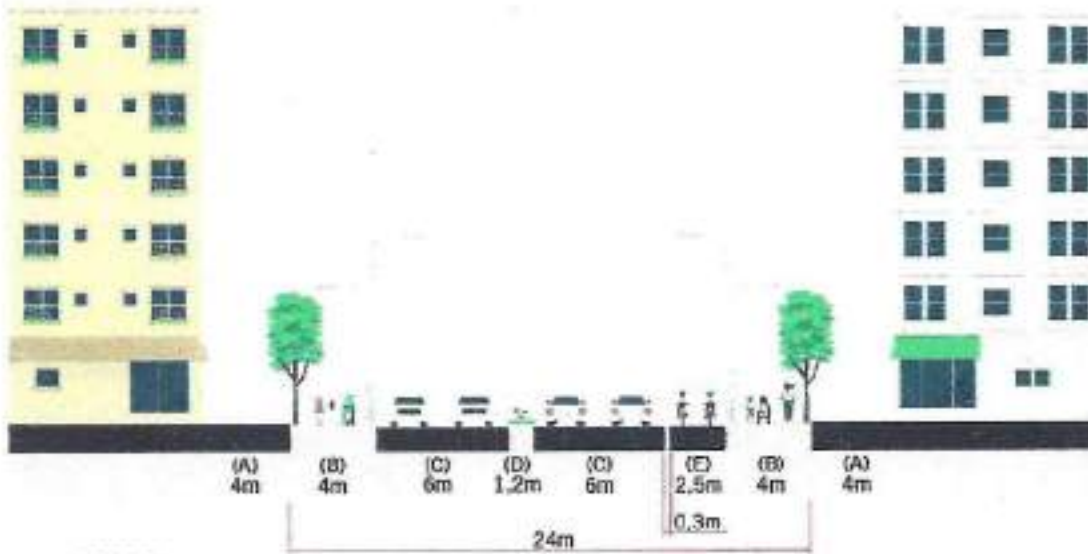
ESTADO DO PARANÁ

ANEXO XIII

PERFIS VIÁRIOS URBANOS

ANEXO XIII
PERFIL DAS VIAS URBANAS
(Parte 1/2)

Vias arteriais:



LEGENDA
(A) RECUO (B) CALÇADA (C) PISTA DE RODAGEM (D) CANTEIRO CENTRAL (E) CICLOVIA

Vias coletoras:



LEGENDA
(A) RECUO (B) CALÇADA (C) ESTACIONAMENTO (D) PISTA DE RODAGEM (E) CICLOVIA



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO XIV

MAPA DO SISTEMA CICLOVIÁRIO

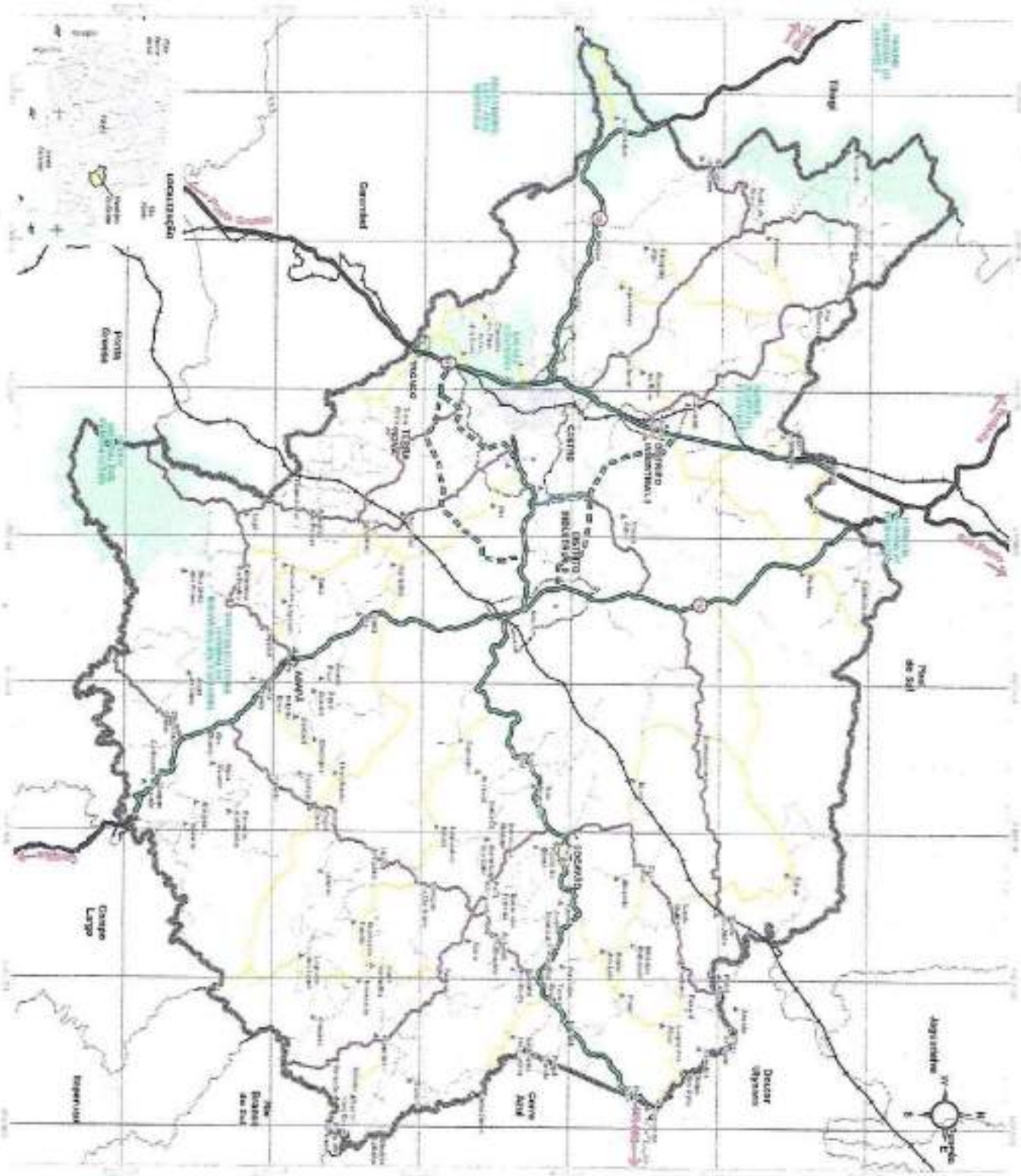


Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO XV

MAPA DA ESTRUTURA E HIERARQUIA VIÁRIA RURAL



- LEYENDA**
- Manzana Viva Rural
 - Vías Locales
 - Comuna en el Área Agrícola Privada (Comunales)
 - Zona Principal de Barrios
 - Zona de Servicios de Uso Múltiple
 - Zona de Servicios Públicos
 - Modelo Urbano y Comercial
 - Barrios Urbanos
 - Barrios Urbanos
 - Servicios de Salud
 - Ferrovía
 - Urbanización
 - Localidades
 - Metropolitana
 - Esparcida
 - Urbano e Periurbano
 - Industria Lechera y Cárnicas
 - Zona Nacional de Cultura
 - Usos Especiales
 - Localidad de Conservación
 - Parques Urbanos
 - Accesos

Plan Municipal de Castro, Chile, 2018.
 P.M.C. 1818. TPO. 2021. INEPRU, 2018.

Escala en metros: 1:250.000

REGLAMENTO DE SERVICIOS
 Nº 37.0.000.023
ESTADÍSTICA E INFORMATICA
VARIABLES



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO XVI

PERFIS VIÁRIOS RURAIS

ANEXO XVI

PERFIL DAS VIAS RURAIS

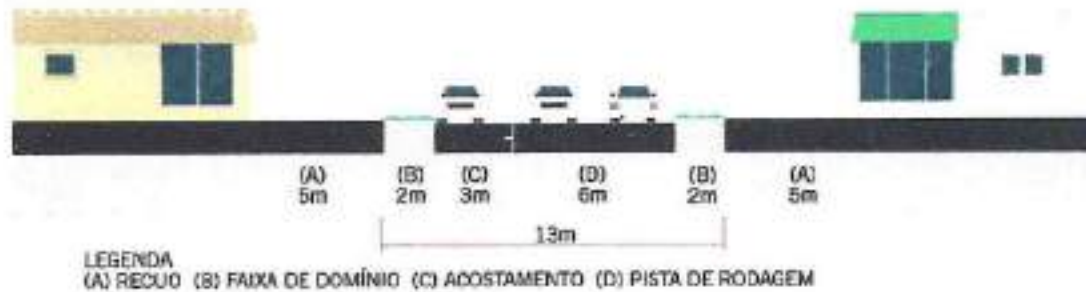
Vias rurais principais ou troncais:



Vias rurais secundárias ou de ligação:



Vias rurais vicinais:





Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

PC
69/2011

SUMÁRIO

TÍTULO I – Fundamentos e Princípios	03
TÍTULO II – Organização territorial	04
Capítulo I – Macrozoneamento municipal	05
Capítulo II – Zoneamento da Macrozona do Polo Multifuncional do Vale do Iapó.....	07
Seção I – Zonas residenciais	08
Seção II – Zonas de uso misto	08
Seção III – Zonas de uso específico	09
Seção IV – Eixos	12
Seção V – Setores especiais	13
Seção VI – Zonas rurais	15
Capítulo III – Classificação e definição dos usos do solo	16
Título III – Preservação e valorização do patrimônio socioambiental	17
Capítulo I – Preservação e valorização do centro histórico de Castro	18
Título IV – Do sistema viário básico	
Capítulo I – Sistema viário	21
Capítulo II – Hierarquia das vias urbanas	22
Seção I – Das dimensões das vias urbanas	23
Capítulo III – Hierarquia das vias rurais	26
Seção I – Das dimensões das vias rurais	26
Título V – Disposições finais	28
Anexo I – Glossário	31
Anexo II – Mapa de zoneamento do Polo Multifuncional do Vale do Iapó	35
Anexo III – Mapa de zoneamento da sede urbana de Castro	36
Anexo IV – Mapa de zoneamento do Distrito Industrial I	37
Anexo V – Mapa de zoneamento da Sede de Abapã	38
Anexo VI – Mapa de zoneamento da Sede de Socavão	39



Prefeitura Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

Anexo VII – Mapa de zoneamento da Sede de Castrolanda	40
Anexo VIII – Mapa de zoneamento da Sede do Tronco	41
Anexo IX – Tabela de parâmetros de uso e ocupação do solo	42
Anexo X – Lista de Tipologias de usos	54
Anexo XI – Medidas mitigadoras mínimas	56
Anexo XII – Mapa do sistema e da hierarquia viária urbana	58
Anexo XIII – Perfis viários urbanos	59
Anexo XIV – Mapa do sistema cicloviário	61
Anexo XV – Mapa da estrutura e hierarquia viária rural	62
Anexo XVI – Perfis viários rurais	63